



ATA NÚMERO 01/2007

1 Aos **três dias do mês de julho do ano de dois mil e sete**, com início às quinze horas e trinta
2 minutos, no Auditório da Faculdade de Medicina, sito à Avenida Duque de Caxias, 250,
3 realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de
4 Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, Magnífico
5 Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Telmo Pagana Xavier**, Vice-Reitor,
6 **Francisco Carlos Gomes Luzzardi**, Pró-Reitor Administrativo; **Eliana Póvoas Pereira**
7 **Estrela Brito**, Pró-Reitora de Graduação; **Alci Enimar Loeck**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-
8 Graduação; **Elio Paulo Zonta**, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Vitor Hugo**
9 **Borba Manzke**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Tânia Beatriz Gamboa Araújo Morselli**,
10 Diretora da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da
11 Faculdade de Odontologia; **Silnei Alves Tadeu**, Diretor da Faculdade de Direito; **Isabel Porto**
12 **Nogueira**, Diretora do Conservatório de Música; **Mário Carlos Araújo Meirelles**, Diretor da
13 Faculdade de Veterinária; **Tânia Elisa Morales Garcia**, Diretora da Faculdade de Ciências
14 Domésticas; **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de Medicina; **José Francisco**
15 **Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Avelino da Rosa Oliveira**,
16 Diretor da Faculdade de Educação; **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Instituto de Artes e
17 Design; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia; **Jabr Hussein Deeb Haj**
18 **Omar**, Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas, no exercício da Direção; **Gil Carlos**
19 **Rodrigues Medeiros**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Sérgio Luiz dos Santos**
20 **Nascimento**, Diretor do Instituto de Química e Geociências; **Álvaro Augusto Borba Barreto**,
21 Diretor do Instituto de Sociologia e Política; **José Honorato de Oliveira Filho**, Diretor da
22 Faculdade de Meteorologia; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem
23 e Obstetrícia; **Wolmer Brod Peres**, Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; **Antonio**
24 **César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Márcia**
25 **Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Hugo Roberto Kaastrup**
26 **Stephan**, Diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; **Paulo Ricardo Silveira**
27 **Borges**, Diretor da Faculdade de Letras; **Moacir Cardoso Elias**, representante dos Professores
28 Titulares; **Silmar Teichert Peske**, representante dos Professores Titulares; **Celso Medina**
29 **Fagundes**, representante dos Professores Associados; **Jorge Luis Martins**, representante dos
30 Professores Associados; **Rogério Oliveira de Sousa**, representante dos Professores Adjuntos;
31 **Carlos Rogério Mauch**, representante dos Professores Adjuntos; **Vanda Maria da Rosa**
32 **Jardim**, representante dos Professores Assistentes; **Raquel Santos Schwonk**, representante dos
33 Professores Assistentes; **José Fernando Gonzalez**, representante dos Professores Auxiliares;
34 **Odir Antonio Dellagostin**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação;
35 **Luiz Ernani Gonçalves Ávila**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação;
36 **Eduardo Dickie de Castilhos**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação;
37 **Sandra Souza Franco**, representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Ricardo Lemos Sainz**,
38 representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Carlos Eduardo Wayne Nogueira**,
39 representante do COCEPE; **Ana Regina Romano**, representante do COCEPE; **Ana Carolina**
40 **Ferreira Kessler**, representante Comunitária; **Adinor José Capellesso**, **Letícia Pascelli Sant**
41 **Ana Santos**, **Diogo Alves Elwanger**, **Toni Maiquel de Souza**, **Martha Zancan Godoy** e
42 **Nelson da Costa Pires**, representantes discentes; **Maria Tereza Tavares Feijó dos Anjos**
43 **(suplente)**, **Gilmara Anderson Timm**, **Antonio Carlos Freitas Cleff**, **Sérgio Batista**
44 **Christino**, **Flávio Reiwa Abib** e **Marilane de Souza Velasco**, representantes dos Técnicos
45 Administrativos. Não compareceram os seguintes Conselheiros: **Victor Hugo Pereira Coelho**,
46 representante dos Professores Auxiliares; **Cláudio Kroeff**, representante Comunitário; **Walter**
Silva, representante Comunitário e **Vinícius Anjos Rommel da Silveira**, representantes



47 Discentes. Constatada a existência de quorum legal, o Professor Antonio Cesar Borges declarou
48 aberta a sessão, propondo a composição da mesa juntamente com o Procurador Geral da UFPel,
49 Dr. André Luis Contrera de Oliveira. Aprovada a proposição, foi colocada em votação a ordem
50 do dia. Aprovada por unanimidade. A seguir o senhor presidente passou ao **Item 01**: Análise
51 das atas 01, 02, 04 e 05/2006. Após solicitações de correções das atas, ficou deliberado que
52 estas retornariam na próxima reunião para serem colocadas em regime de votação. **Item 02**:
53 **Processo nº 23110.000638/2007-83 de PRG e Outras – Proposta de Programa Especial**
54 **para Formação de Recursos Humanos – Educação do Campo. Projeto - Curso Especial de**
55 **Graduação em Medicina Veterinária.** O senhor presidente fez esclarecimentos que poderiam
56 ser úteis aos conselheiros. Antes, porém, fez considerações no sentido de que esta reunião
57 deveria seguir as normas regimentais, onde cada conselheiro deveria utilizar dez minutos para
58 sua manifestação a respeito de cada item e disse que gostaria que isto fosse adequadamente
59 seguido por todos. Os esclarecimentos que fez foram no sentido de que a possibilidade da
60 Universidade estar inserida no programa de Educação do Campo e outros projetos relacionados
61 à Reforma Agrária ou Agricultura Familiar no apoio aos movimentos sociais de acordo com as
62 políticas públicas do Governo Federal, surgiu a partir de uma visita que o Gabinete do Reitor
63 recebeu da Comissão da Assembléia Legislativa com a solicitação da criação de um curso de
64 graduação “no campo” para médicos veterinários. Naquela oportunidade foi dito aos
65 parlamentares que toda e qualquer proposta seria bem vinda mas seria examinada pela
66 Universidade, mas que sua concretização dependeria da decisão dos Conselhos Superiores da
67 Instituição. Ouvidos os diretores das Faculdades das Ciências Agrárias no dia quatorze de
68 março de dois mil e seis, após a visita de deputados à UFPel, foi aprovada por unanimidade
69 pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia
70 Legislativa, composta pelos deputados titulares: Adilson Troca do PSDB; Edson Postilho do
71 PT, Frei César do PT, Edson Brum do PMDB, Raul Ponte do PT, Silas Simoni do PP, Jussara
72 Coni do PC do B e Maria Helena Sartori do PMDB, um curso de graduação a ser realizado em
73 uma universidade preferencialmente federal. Foi então encaminhada à Reitoria da UFPEL ,
74 pelo presidente da Comissão, Deputado Adilson Troca do PSDB, esta proposta com uma
75 observação adicional: “Faça as adequações pertinentes que julgar necessárias. Sugerimos,
76 portanto, a sua execução por parte desta universidade”. Naquela ocasião, uma simples análise
77 por parte do Reitor e do Pró-Reitor de Graduação levou à conclusão de que o projeto
78 apresentado não atendia as exigências mínimas para a criação do curso. Segundo o presidente
79 do Conselho o reitor pensou ser uma importante oportunidade para haver benefícios para
80 ambas as partes, ou seja, para a universidade e também para os movimentos sociais do campo.
81 Assim, os diretores das Faculdades de Agronomia, Veterinária e Engenharia Agrícola foram
82 convidados a elaborar um projeto com apoio do Assessor Especial do Reitor. O referido projeto
83 teve participação também da EMBRAPA e contemplava, naquele projeto, alojamentos, salas de
84 aula e laboratórios. A análise especial do projeto foi parcial em todas as Unidades, porém não
85 houve aprovação pelo Conselho Departamental da Faculdade de Veterinária, que era a unidade,
86 ao seu entendimento, a mais interessada. O argumento principal fundou-se na falta de infra-
87 estrutura para atender a demanda da Faculdade e posteriormente, em outra reunião de alguns
88 professores com o Reitor, o argumento apresentado foi o acesso privilegiado para o MST
89 (Movimento dos Sem Terras). A aproximação do final do ano e a indefinição por partes das
90 unidades envolvidas e outros setores da universidade a cerca da criação do novo Curso de
91 Veterinária, proposto pela Assembléia Legislativa, levou o Reitor a garantir a permanência de
92 recurso proveniente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) através
93 de convênio firmado entre aquele Instituto e a Fundação Simon Bolívar. Pelas dificuldades
94 encontradas na Faculdade de Veterinária para a rápida aprovação do projeto, com a criação do
95 Curso de Veterinária, o Reitor apresentou um programa de educação no campo elaborado pelo
96 posteriormente Pró-Reitores de Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, onde estava
incluído o Projeto de Graduação de um Curso em Veterinária. Esta foi a forma de assegurar os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 3 de 27

97 recursos para a Universidade na expectativa de que os Conselhos Superiores da UFPel
98 pudessem posteriormente analisar e aprovar o referido programa. Com a subscrição do
99 Professor Luiz Fernando Minello, da Pró-Reitoria de Graduação e a necessidade de proceder
100 mudanças no projeto arquitetônico, aproximando de edifícios projetados do atual Hospital
101 Veterinário, o projeto pedagógico e a grade curricular passaram a ser adequadas e modificadas
102 pela Pró-Reitoria de Graduação. Levando ainda em consideração a possibilidade de aporte de
103 mais recursos além daqueles destinados às obras e recursos oriundos do PRONERA, no que se
104 refere a bolsas para o pagamento de professores desta universidade ou de outras, caso os
105 professores de nossa universidade não tiverem interesse em participar do curso. O presidente
106 explicou que a possibilidade de convênios com outras Universidades Federais com o
107 PRONERA para atender políticas públicas do Governo Federal já existe desde o ano de mil
108 novecentos e noventa e oito, com o objetivo de ampliar o nível de escolarização formal em
109 todos os níveis de ensino. Nesse sentido, citou as seguintes Instituições Públicas de Ensino
110 Superior que já firmaram convênio com o PRONERA: a Universidade Estadual do Ceará,
111 Universidade Estadual da Paraíba, UNB/Brasília, Universidade Federal do Espírito Santo,
112 Universidade Estadual do Mato Grosso, Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual
113 do Maranhão, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, Universidade Federal
114 São Carlos, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio de Janeiro,
115 Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Sergipe,
116 Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Goiás, Universidade
117 Federal de Roraima, Universidade Federal de Alagoas, UNICAMP e Universidade Federal de
118 Minas Gerais. O convênio entre a UFPel e o INCRA foi assinado somente após o parecer
119 favorável do Procurador Jurídico da Universidade. Este convênio foi assinado pelo Reitor
120 considerando os seguintes aspectos: desde a fundação da Faculdade de Veterinária, esta
121 Unidade Acadêmica funciona de modo precário, no que se refere às suas estruturas físicas,
122 tendo grande parte das aulas e sua administração funcionando em prédio da EMBRAPA situado
123 a vários quilômetros do Campus Capão do Leão, onde se encontra o Hospital Veterinário. A
124 fragmentação de área física da Faculdade requer deslocamento diário de alunos e professores
125 com o prejuízo de todas as atividades didáticas as quais em passado recente foram
126 interrompidas em período de chuvas por impossibilidade de transporte no trecho Campus –
127 Faculdade de Veterinária – EMBRAPA. O presidente acrescentou que existe o compromisso da
128 atual administração da Universidade em ceder parte do prédio da Reitoria à Faculdade de
129 Veterinária tão logo seja feita sua transferência para o centro da cidade de Pelotas. Contudo,
130 não existem bases orçamentárias definidas pelo Ministério da Educação para a reforma e
131 instalação dos laboratórios da FV /Campus, onde se encontra hoje o Hospital Veterinário. Os
132 recursos a serem destinados para nossa Universidade pela SESu e MEC, nos próximos cinco
133 anos, são dependentes do projeto REUNI do Governo Federal e se restringem a vinte por cento
134 do orçamento atual. Portanto, insuficientes são estes recursos para atender toda a demanda
135 apenas na Faculdade de Veterinária. Importante ainda é destacar que estes recursos ou recursos
136 adicionais serão liberados pelo MEC conforme o Decreto 6046/2007 para as Universidades
137 Federais, desde que elas ampliem para 90% suas vagas nos Cursos de Graduação sendo essa
138 uma condição *sine qua non*. A proposta de criação de Curso de Medicina Veterinária tem
139 embasamento legal, conforme parecer jurídico. Também a título de informação, o presidente
140 informou que o COCEPE, com o aval do Ministério Público Federal, já aprovou a realização de
141 um curso semelhante em nossa instituição que é o Curso de Gestão Pública. Também a
142 ANDIFES noticiou nos últimos dias a aprovação do Curso de Direito, com sessenta vagas,
143 especificamente através do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA)
144 para semi a distância, em Reforma Agrária. Além disso, mais um curso foi criado recentemente
145 na Universidade federal do Goiás, conforme foi comunicado pela ANDIFES. As verbas a que
146 se refere a proposta aqui apresentada já estão disponíveis na Fundação de Apoio para um
147 processo de licitação e início das obras e vão contemplar salas de aulas, alojamentos e

cel



148 laboratórios, os quais serão doados à nossa Universidade, desde que seja ministrado curso de
149 Veterinária conforme convênio com o PRONERA. Os estudos arquitetônicos e os projetos dos
150 prédios foram elaborados após examinadas as demandas dos professores de veterinária no que
151 se refere as necessidades de realização de aulas praticas e teóricas. As cópias dos mesmos
152 encontram-se na secretaria dos Conselhos e foram apresentadas na reunião do Conselho
153 Universitário. Informou o presidente que o Centro de Capacitação e Desenvolvimento Rural
154 Sustentável que está incluído nesse projeto será dirigido por um comitê da Universidade
155 Federal de Pelotas formado por docentes das três Faculdades podendo haver a participação
156 também da EMBRAPA. Docentes da UFPel, por outro lado, poderão também se beneficiar com
157 as bolsas do INCRA e do PRONERA, desde que participem nos acessos didáticos do grupo.
158 Finalmente queria comunicar que o Curso de Veterinária, conforme disse anteriormente, irá
159 contribuir, se aprovado for, para o aumento de vagas discentes o que, sem dúvida alguma,
160 contribui para a nossa matriz orçamentária no Ministério da Educação. À propósito das
161 considerações sobre inclusão social feitas pelos conselheiros , o o presidente fez uma breve
162 referência de que esta política governamental de ampliação dos números de vagas e que agora
163 vai estar sendo aplicada em varias instituições e que junto dela se associa o aspecto de
164 crescimento através das cotas. Acrescentou que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul
165 na semana passada aprovou no Conselho Universitário, trinta por cento do total de vagas a
166 alunos que tenham cursado o ensino fundamental e ensino médio em escolas públicas assim
167 como também cotas destinadas a afro-descendentes. Portanto, existe dentro da política
168 governamental não apenas aquela política dirigida a movimentos sociais deste tipo, como
169 também aqueles que trabalham no campo. Com referência aos assuntos nos assentamentos
170 rurais queria fazer uma referência de que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte
171 aprovou em março de dois mil e sete um novo curso de graduação em Licenciatura de
172 Pedagogia da Terra, também favorecendo este grupo dos assentamentos rurais. Basicamente foi
173 isto que o senhor presidente colocou como referências iniciais acrescentando também o que se
174 refere aos candidatos indígenas que também têm uma acesso através de cotas da Universidade
175 Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade Federal de Roraima, onde já foram
176 selecionados por métodos específicos para a comunidade indígena,garantindo o ingresso dos
177 indígenas no ensino superior de um modo bastante expressivo. Disse que seria importante
178 deixar bem claro para os conselheiros estas comunicações para que pudessem a partir daí
179 colocar em discussão o item dois da pauta que se referia à educação do campo onde está
180 incluído também o Curso de Graduação em Medicina Veterinária. Deixou a palavra aos
181 conselheiros que desejassem manifestar-se. O conselheiro Celso Medina se queixou que
182 recebeu o material para exame apenas vinte e quatro horas antes da reunião e disse que com a
183 complexidade do material anexo, acreditava que os conselheiros não tiveram oportunidade de
184 reunir seus Conselhos Departamentais e seus representantes de categoria para discutir a fundo o
185 projeto. Acrescentou em outro momento disse que tinha o parecer do Conselho Federal de
186 Medicina Veterinária e o parecer do Conselho Regional de Medicina Veterinária, que
187 representam as sociedades veterinárias no Brasil. Disse que sua proposta era de que todos
188 tivessem possibilidade de discutir, junto com suas comunidades o assunto, dada a complexidade
189 deste e assim, gostaria de lembrar ao Diretor da FV que no ano de dois mil e seis a Faculdade
190 de Veterinária e seus Colegiados reuniram-se e discutiram amplamente e não aprovaram a
191 proposta. Em seguida pediu vistas ao processo, para que pudessem discutir e retornar à outra
192 reunião bem informados. O senhor presidente leu o artigo cinquenta do Regimento Geral da
193 UFPel que trata do pedido de vistas a processo. Abriu um espaço para que algum conselheiro se
194 manifestasse no sentido contrário, não acreditando ser tão necessário o pedido de vistas. O
195 representante discente Diogo Alves Elwanger disse que pedir vistas seria postergar mais um
196 pouco a falta de democracia que está havendo na UFPel. Disse que não deveria ser concedida
197 vistas ao processo a não ser que alguém fosse contra o desenvolvimento da região. Colocada
198 em votação a proposta de ser voto aberto ou secreto. O conselheiro Vitor Hugo Borba Manzke

ew



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 5 de 27

199 propôs voto secreto e o conselheiro Avelino da Rosa Oliveira solicitou voto em aberto. Foi
200 deliberado votar no plenário a forma de votação. Em votação aberta, foi aprovado com vinte e
201 três (23) votos favoráveis e uma (01) abstenção. A votação em relação ao pedido de vistas feito
202 pelo conselheiro Celso Medina, foi feita em aberto tendo sido aprovado o pedido com trinta
203 (30) votos favoráveis e vinte e sete (27) votos contrários. Neste momento, o conselheiro Luis
204 Ernani D'Ávila falou que às quatorze horas do dia dois de julho de dois mil e sete, recebeu a
205 convocação da reunião com atas, proposta de mérito e de fundo da reunião e não constatou
206 manifestações em termos de atas da FV, bem como do Conselho Departamental, que fossem
207 desfavoráveis ao projeto. Entendia que como havia sido dado o prazo de cinco dias para o
208 exame da matéria, era para o bem, recomendável e saudável que os conselheiros tivessem o
209 conhecimento do parecer da Procuradoria Jurídica para que estes pudessem executar o
210 contraditório entre a proposta feita e a recusa feita por parte da FV. O senhor presidente falou
211 que seria oferecido aos conselheiros o parecer Jurídico que embasou a assinatura deste
212 convênio no sentido de que pudesse ser garantido o recurso. Em função de que o prazo dado à
213 UFPel para resolver o assunto estava correndo e se não fosse resolvido o aceite da proposição
214 da Assembléia Legislativa em primeira instância e posteriormente a proposição da criação do
215 Curso de Medicina Veterinária, deveria ser decidida com alguma urgência, pois em caso
216 contrário a UFPel deveria pagar o ônus da demora. Deixou registrado e bem claro que não se
217 tratava apenas uma questão de política pública. Segundo o presidente, a intenção da
218 Administração foi assegurar em primeiro lugar, benefícios para a Instituição, independente de
219 qualquer posicionamento acadêmico ou ideológico que todos sabem existir este tipo de viés no
220 exame desta matéria. Pediu que ficasse bem claro que, se viesse a ser aceita esta proposição
221 pelos Conselhos Superiores da Universidade, ouvidas as faculdades envolvidas nesta situação, a
222 UFPel optaria pela construção dos prédios ou pela devolução imediata dos recursos ao INCRA,
223 caso contrário estaríamos incorrendo em situação bastante irregular. Por outro lado, deveria
224 ficar bem claro para os conselheiros que iriam tomar as decisões, que a UFPel não dispunha de
225 recursos adicionais capaz de prover a FV e também as outras Unidades das Ciências Agrárias
226 não têm recursos para construção de qualquer prédio desta natureza. Disse que gostaria que
227 ficasse muito claro que a intenção da Administração foi assegurar, em primeiro lugar, os
228 recursos e em segundo lugar, disse que cabia a discussão dos conselhos se queriam ou não
229 participar das Políticas Públicas do Governo Federal, que era outra questão. Também deveria
230 ficar claro por parte da Administração, que a UFPel não teria num prazo de no mínimo cinco
231 anos, recursos para atender a estas Faculdades como teríamos, ou teremos, dependendo do
232 parecer dos conselheiros destes órgãos maiores da universidade, ter recursos que atualmente
233 estavam sendo disponibilizados no total de cerca de três milhões para os prédios e de um
234 milhão e quinhentos mil reais para prover bolsas docentes. Enfatizava que deveria ficar muito
235 claro, para que depois não venha a Administração ter de pagar o ônus de não poder prover estas
236 Faculdades de obras de áreas físicas adequadas, pois surgiu esta oportunidade que a todos
237 pareceu como única em toda a Instituição nestes quarenta anos. Agradeceu a atenção de todos,
238 dizendo que iria disponibilizar a todos o material solicitado pelo conselheiro Luis Ernani. Leu a
239 seguir o artigo quarenta do Regimento Geral da Universidade: “é vedado ao Conselho
240 Universitário apreciar a matéria, etc.”. Disse isso, porque o COCEPE já havia aprovado este
241 plano que estava sendo exposto ao Conselho Universitário e o que deveria ser aprovado,
242 obviamente atendendo as normas, era o ponto que se refere à legalidade desta matéria. O
243 conselheiro Avelino da Rosa Oliveira solicitou que fossem disponibilizados os documentos da
244 FV, para que os conselheiros tivessem conhecimento, dentro do processo, da posição desta
245 Faculdade. Solicitou ainda que ficasse agendada a próxima reunião. O senhor presidente
246 solicitou ao Diretor da FV que disponibilizasse estes documentos aos demais conselheiros
247 através da Secretaria dos Conselhos Superiores. A seguir, passou a palavra ao conselheiro
248 Diogo, que se manifestou dizendo que acreditava que deveria ser solicitado aos representantes
249 do COCEPE que relatassem a forma como foi aprovado o assunto por aquele Conselho. Se era



250 uma questão meramente que não caberia recurso do mérito ao CONSUN, pois a este conselho
251 somente cabe recurso de legalidade. Solicitou ainda o conselheiro que o Ministério Público
252 Federal opinasse estritamente sobre a legalidade ou não. O senhor presidente falou,
253 complementando a fala do conselheiro Diogo, que não cabia naquele momento discutir sobre o
254 assunto, uma vez que houve o pedido de vistas ao processo e deixaria esta discussão para a
255 próxima reunião. Porém, gostaria de deixar bem claro que o Ministério Público Federal não
256 poderia, pela Constituição, dar consultoria, segundo a Procuradoria Jurídica. Portanto, cabe
257 justificar a decisão na UFPel, o que parece atualmente ser uma norma interna de alguns
258 departamentos que várias vezes tem encaminhado assuntos de ordem administrativa ou
259 acadêmica de pronto ao Ministério Público sem passar pelas instancias regulares da
260 universidade com o intuito de saber se estão agindo corretamente ou se a administração da
261 Ufpel está agindo de forma correta. Para o reitor volta-se aqui para a questão de autonomia da
262 Universidade, que também está contemplada na Constituição. Ao Ministério Público cabem
263 outras funções importantes, mas não analisar uma matéria desta natureza, ou seja, seria trazido
264 ao Conselho o parecer jurídico que será encaminhado a todos os conselheiros dentro do prazo,
265 mas seria isto objeto de discussão na próxima reunião do CONSUN. Deixou a palavra com o
266 conselheiro Celso Medina que disse que o COCEPE não tinha atribuição de criar cursos, pois
267 esta é uma atribuição do CONSUN. O COCEPE tão somente analisa o mérito, as ementas e a
268 parte pedagógica dos cursos de extensão e graduação. A ele parecia que esta proposta ficou
269 bem clara quando foi discutida na FV, que não é contra o Centro de Treinamento, este Centro é
270 uma ótima idéia, porém surgiu aqui como uma proposta casada. É como se os conselheiros
271 fossem ao banco fazer um financiamento ou buscar um financiamento pagando um seguro,
272 onde ela só pode se concretizar se o curso de veterinária for aprovado pelo Conselho. Explicou
273 ainda que tinha certeza de que todos os egressos da Medicina Veterinária, assim como os
274 profissionais da área agrária, dos cursos de Agronomia e Engenharia Agrícola, têm capacidade
275 de atender a zona rural e não seria necessário existir cursos exclusivos para assentamentos.
276 Nesse momento o senhor presidente lembrou que esta matéria cabia discussão após a análise do
277 documento que naquela data não haviam sido suficientemente analisados pelo conselheiro e,
278 portanto, não cabia naquele momento esta discussão e o assunto seria tratado na próxima
279 reunião. Acreditava que no momento deveria ser dado um encaminhamento à reunião, pois o
280 conselheiro havia pedido vistas ao processo e não cabia discutir este assunto no momento. O
281 senhor presidente passou ao próximo item da pauta que dizia respeito à greve dos Servidores
282 Técnico Administrativos, dizendo que recebera do Comando de Greve um material, ou melhor,
283 uma proposta para que o Conselho Universitário aprovasse uma moção de apoio ao movimento.
284 Deixou a palavra aos representantes dos Técnicos Administrativos no conselho, que desejassem
285 fazer uso desta. O conselheiro César Batista Christino, após saudar os demais conselheiros e os
286 componentes da mesa, relatou que o motivo que os levava a solicitar ao CONSUN a aprovação
287 de uma moção de apoio ao movimento paredista se baseou um pouco na história deste Conselho
288 que já havia aprovado moções favoráveis a outros movimentos, por serem entendidas como
289 corretas e adequadas às suas reivindicações. Disse que da mesma forma, naquele momento,
290 gostaria de lembrar, pois que fatalmente seria divulgado à imprensa, que os motivos da greve
291 eram em função de acordo com a interrupção ou até nos implementos de acordos tabulados em
292 outros momentos com o Governo Federal. Pensaram no recurso da greve como o último
293 recurso. A FASUBRA tentou de todas as formas que tivessem direito a uma boa representação
294 no Governo para dar continuidade àquilo que havia sido acordado em momento anterior e
295 infelizmente não tiveram, até o momento da deflagração da greve, a legitimidade do Governo
296 neste sentido. Foi deflagrada a greve e esta situação vem se sustentando além do tempo
297 desejado e o que o comando de greve desejava era que as atividades voltassem à normalidade
298 institucional, não esquecendo que depois que o Conselho Universitário aprovasse uma moção
299 neste sentido definindo-se posições e a esfera Federal como um todo na área da educação para
300 que a greve tenha de uma maneira muito rápida e muito pronta uma solução. Neste momento o



301 senhor presidente perguntou se haveria alguma manifestação por parte dos conselheiros em
302 relação ao assunto tratado. O presidente destacou que lhe pareciam justas as reivindicações dos
303 servidores ao nível nacional e propôs a análise e aprovação de uma moção de apoio pelo
304 conselho universitário. Após lido o referido texto, o mesmo foi colocado em votação e a moção
305 aprovada por unanimidade. A moção de apoio foi encaminhada da seguinte forma:
306 “CONSIDERANDO decisões de plenária da FASUBRA e de assembléia geral da ASUFPEL -
307 Sindicato de deflagrar greve por tempo indeterminado a partir de 28 de maio de 2007 com o
308 seguinte eixo específico: 1. Aprimoramento da Carreira: Resolução do Vencimento Básico
309 Complementar (VBC), que trouxe congelamento salarial para parte significativa da categoria;
310 Evolução da tabela de vencimentos; Racionalização de cargos; e Majoração dos percentuais de
311 incentivo à qualificação que constam no Anexo IV, da Lei 11.091/05. 2. Garantia de recursos
312 para o auxílio-saúde e reajuste do vale-alimentação. 3. Em defesa dos Hospitais Universitários e
313 contra qualquer modelo de gestão que não assegure o financiamento público necessário para
314 que funcionem com qualidade. CONSIDERANDO o empenho da FASUBRA em aperfeiçoar o
315 plano de carreira conquistado em 2005, visando a valorização dos servidores técnico-
316 administrativos em educação e a qualificação do atendimento aos usuários, que necessitam dos
317 serviços prestados pelas Instituições Federais de Ensino; CONSIDERANDO os prazos para
318 inclusão por parte do governo de verba no orçamento da união para 2008 e a necessidade de
319 retomada da normalidade institucional; **O Conselho Universitário da UFPEL aprovou:**
320 *Moção de Apoio.* O Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas reconhece
321 como legítimo o movimento reivindicatório dos servidores técnico-administrativos da UFPEL e
322 das demais IFES e manifesta seu pleno apoio às pautas acima apresentadas pelas entidades
323 sindicais referidas, bem como as iniciativas que visem recuperar e dignificar o papel do
324 servidor público, especialmente as relacionadas à área da saúde e da educação. O Conselho
325 Universitário solicita o empenho dos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e
326 Gestão e da ANDIFES no sentido de intervirem diretamente no curso das negociações a fim de
327 resolver o impasse criado entre o Governo Federal e a FASUBRA que motivou o movimento
328 reivindicatório dos trabalhadores técnico-administrativos das IFES. Pelotas, 03 de julho de
329 2007. Prof. Antonio Cesar Gonçalves Borges. Reitor”. Finalmente não havendo mais assuntos a
330 serem tratados, o senhor presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e deu por encerrada
331 a reunião às dezessete horas e dez minutos. Do que para constar, eu _____ Roseméri
332 Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de
333 aprovada, será igualmente assinada pelo senhor presidente. Aos **vinte dias do mês de julho do**
334 **ano de dois mil e sete**, com início às quatorze horas e trinta minutos, no Auditório da
335 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, sito à Rua Benjamim Constant, 1359, realizou-se sessão
336 ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas,
337 convocada e presidida pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, Magnífico Reitor,
338 com a participação dos seguintes conselheiros: **Telmo Pagana Xavier**, Vice-Reitor, **Francisco**
339 **Carlos Gomes Luzzardi**, Pró-Reitor Administrativo; **Eliana Povoas Pereira Estrela Brito**,
340 Pró-Reitora de Graduação; **Alci Enimar Loeck**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
341 **Tania Bachilli**, no exercício da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento; **Vitor Hugo**
342 **Borba Manzke**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Ângelo Vieira dos Reis**, Vice-Diretor da
343 Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, no exercício da Duração; **Márcia Bueno Pinto**,
344 Diretora da Faculdade de Odontologia; **Silnei Alve Tadeu**, Diretor da Faculdade de Direito;
345 **Isabel Porto Nogueira**, Diretora do Conservatório de Música; **Mário Carlos Araújo**
346 **Meirelles**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Tania Elisa Morales Garcia**, Diretora da
347 Faculdade de Ciências Domésticas; **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de
348 Medicina; **José Francisco Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior de Educação Física;
349 **Avelino da Rosa Oliveira**, Diretor da Faculdade de Educação; **Neiva Maria Foneca Bohns**,
350 Vice-Diretora do Instituto de Artes e Design, no exercício da Direção; **Gladis Aver Ribeiro**,
Diretora do Instituto de Biologia; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Vice-Diretor do Instituto de



351 Ciências Humanas, no exercício da Direção; **Gil Carlos Rodrigues Medeiros**, Diretor do
352 Instituto de Física e Matemática; **Sergio Luíz dos Santos Nascimento**, Diretor do Instituto de
353 Química e Geociências; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de Sociologia e
354 Política; **José Honorato de Oliveira Filho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Luciane**
355 **Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Volmer Brod Peres**,
356 Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; **Margarete R. F. Gonçalves**, Vice-Diretora da
357 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Márcia Rubia Duarte Buchweitz**, Diretora da
358 Faculdade de Nutrição; **Hugo Roberto Kaastrup Stephan**, Diretor do Conjunto Agrotécnico
359 Visconde da Graça; **Silvia Costa Kurtz dos Santos**, Vice-Diretora da Faculdade de Letras, no
360 exercício da Direção; **Moacir Cardoso Elias**, representante dos Professores Titulares; **Silmar**
361 **Teichert Peske**, representante dos Professores Titulares; **Celso Medina Fagundes**,
362 representante dos Professores Associados; **Jorge Luis Martins**, representante dos Professores
363 Associados; **Rogério Oliveira de Sousa**, representante dos Professores Adjuntos; **Carlos**
364 **Rogério Mauch**, representante dos Professores Adjuntos; **Vanda Maria da Rosa Jardim**,
365 representante dos Professores Assistentes; **Victor Hugo Pereira Coelho**, representante dos
366 Professores Auxiliares; **José Fernando González**, representante dos Professores Auxiliares;
367 **Evandro Piva**, suplente do representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação;
368 **Luiz Ernani Gonçalves Ávila**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação;
369 **Eduardo Dickie de Castilhos**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação;
370 **Sandra Souza Franco**, representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Ricardo Lemos Sainz**,
371 representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Carlos Eduardo Wayne Nogueira**,
372 representante do COCEPE; **Cláudio Kroeff**, representante Comunitário; **Carlos Alberto**
373 **Iribarren**, suplente da representante Comunitária; **Adinor José Capellesso**, **Leticia Pascelli**
374 **Sant Ana Santos**, **Diogo Alves Elwanger**, **Everton Rafael Thürner Borba**, **Martha Zancan**
375 **Godoy**, **Ryan Noremberg Schubert (suplente)** e **Vinicius Anjos Rommel da Silveira**,
376 representantes discentes; **Maria Tereza Tavares Feijó dos Anjos (suplente)**, **Gilmara**
377 **Anderson Timm**, **Antonio Carlos Freitas Cleff**, **Sérgio Batista Christino**, **Mara Lucia**
378 **Vasconcelos da Costa**, **Nilton Jalvan** e **Marilane de Souza Velasco**, representantes dos
379 Técnicos Administrativos. Não compareceram os seguintes Conselheiros: **Raquel Santos**
380 **Schwonk**, representante dos Professores Assistentes, por estar afastada por motivo de trabalho;
381 **Ana Regina Romano**, representante do COCEPE, por estar em viagem por motivo de doença
382 de familiar; e **Walter Silva**, representante Comunitário. Constatada a existência de quorum
383 legal, o Professor Antonio Cesar Borges declarou aberta a sessão, dando início à reunião do
384 CONSUN colocando em votação a proposta da mesa, ordem do dia, que todos os conselheiros
385 receberam, fazendo a apreciação da ata 05/2005. Neste momento, o conselheiro Luiz Ernani
386 Ávila Gonçalves solicitou a palavra que lhe foi concedida pelo senhor presidente. Este disse ter
387 uma manifestação a fazer, solicitando esclarecimentos à mesa sobre uma dúvida da reunião
388 anterior. Entendia ele que se houve uma suspensão dos trabalhos no momento em que um
389 conselheiro requereu vistas ao processo e não recordando se naquele momento o senhor
390 presidente deste órgão colegiado tivesse dito: “Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a
391 sessão”, consultava os conselheiros sobre o que na sua convicção, a reunião teria sido sustada e
392 que começaria naquele momento, ou seja: seria retomada. Em função disto, acreditava que
393 havia se formado uma contradição, pois o Procurador Federal estava no prédio, mas não no
394 recinto, e todo o elemento estranho por disposição estatutária e regimental, para integrar ou
395 esclarecer dúvidas deve ser convidado, como foi da primeira vez. Logo, pela ausência física do
396 Procurador, presumia que estava sendo zerada e começando uma nova seção, e sua intenção era
397 formar um juízo de convicção, porque seu posicionamento era no sentido de que deveria ser
398 dada a seqüência àquela reunião, pois se o conselheiro Celso Medina Fagundes após ao
399 processo alguma argumentação, deveria ser esclarecido. Após esta colocação do conselheiro, o
400 senhor presidente falou que concordava plenamente com ele e sem dúvida alguma seu
posicionamento havia sido equivocado em imaginar encerrada a reunião anterior. Assim sendo,

Clw



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 9 de 27

401 concordava plenamente que a atual sessão era continuidade da primeira e assim sendo, poderia
402 solicitar que o Procurador Jurídico da Universidade estivesse presente, a menos que houvesse
403 outro posicionamento por parte dos senhores conselheiros, e a mesa de pronto anularia a
404 proposta inicial de ordem do dia, deixando os assuntos daquela convocação para a próxima
405 reunião. Se todos os conselheiros concordassem com este posicionamento, o que acreditava ser
406 o mais correto, e em seguida foi aprovada por unanimidade a participação com direito a voz ,
407 mas não a voto, do Procurador Jurídico , Dr. André Contreira de Oliveira para que pudesse dar
408 andamento à reunião. Voltando ao tema da reunião, o senhor presidente falou que naquela
409 ocasião havia sido solicitado vistas ao processo pelo conselheiro Celso Medina, o que foi
410 concedido. Foi concedido a todos os conselheiros os documentos solicitados naquela
411 oportunidade, por meio da Secretaria dos Conselhos Superiores, e retomando àquele momento
412 colocou a palavra à disposição dos conselheiros destacando que daria três minutos a cada um
413 que desejasse se manifestar, explicando que se assim não fosse, dependeríamos de mais de três
414 horas de debate para chegar a alguma conclusão, se tornando extremamente cansativo e sem
415 nenhuma produtividade. Deixou a palavra à disposição, e disse que gostaria que fossem feitas
416 anteriormente as inscrições. Primeiramente foi concedida a palavra ao conselheiro Luiz Ernani
417 Gonçalves, que solicitou à mesa que esclarecesse se o conselheiro Celso Medina Fagundes
418 havia anexado ao processo alguma manifestação. O senhor presidente comunicou que não havia
419 recebido nenhum material por escrito e também não foi encaminhado à mesa ou à Secretaria
420 dos Conselhos, questionando o conselheiro se desejava fazer alguma manifestação a respeito do
421 assunto, ao que este respondeu que sua intenção naquele dia foi tão somente de discutir o
422 projeto, uma vez que havia sido entregue com o prazo de vinte e quatro horas, e dada a
423 complexidade do mesmo, queria que a comunidade universitária discutisse e também a
424 sociedade participasse desta discussão. Disse que acreditava que seus objetivos haviam sido
425 plenamente atingidos e naquele momento estava aberto para novas discussões. Retomando a
426 palavra, o conselheiro Luiz Ernani Gonçalves disse que naquele momento não estava
427 preocupado com o mérito entre estes dois posicionamentos, ou seja, a realidade ideal proposta
428 pela administração da universidade e aqueles que se opõem, mas ambos dependiam da
429 jurisdição na legalidade da temática. Falou que o que gostaria de fazer seria: se o artigo
430 trinta e oito do Regimento Geral da Universidade falava que instigando o processo ao Conselho
431 Universitário, deveria passar previamente por uma análise da Comissão de Legislação de
432 Normas (CLN), e como acreditava que esta matéria se tratava de prioridade e era absolutamente
433 de mérito, solicitou que primeiro deveria ser discutida por aquela Comissão. Se assim não
434 fosse, o Conselho estaria buscando uma situação anômica, porque estaria desconsiderando o
435 Regimento. Pediu que o Dr. André verificasse se no processo havia algum parecer exarado pela
436 CLN, a respeito do tema, quando o processo aportou ao Conselho Universitário. O senhor
437 presidente respondeu que de seu conhecimento não havia parecer exarado por aquela comissão,
438 mas que naquele momento, como presidente do Conselho, entendia que um tema de tanta
439 relevância para a Universidade, tanto assim que as manifestações da Comunidade foram feitas
440 de maneira muito contundentes na imprensa falada, escrita e televisionada, que lhe parecia
441 fundamental que o Conselho examinasse esta questão e não ficassem todos presos a questões
442 que sem dúvida alguma eram importantes, do ponto de vista jurídico, mas nada impedia que o
443 CONSUN examinasse e votasse. Em caso de acontecer algum problema com relação à CLN,
444 nada impediria que mais tarde esta comissão examinasse o processo ali referido. Acreditava que
445 se o Conselho fosse seguir este tipo de raciocínio, deveríamos parar a Universidade inteira e
446 verificar todos os problemas sérios que existem em relação aos encaminhamentos de processos.
447 Não que não fosse importante o que o conselheiro Luiz Ernani havia relacionado anteriormente,
448 mas o tema era de tal relevância que não poderia ser postergada, ou feita qualquer tentativa para
449 postergar a discussão deste assunto, a não ser que o Conselho, superior na Universidade,
450 decidisse encaminhar à CLN e retornar ao pleno mais uma vez. Disse que na condição de
451 presidente do CONSUN, não gostaria que fosse postergada esta questão e que fosse

Am



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 10 de 27

452 encaminhado depois à CLN, o que frequentemente ocorre em outras situações, e tem ocorrido
453 no Conselho, sem que tenha sido objeto depois, de problemas sérios com órgãos superiores do
454 ponto de vista jurídico, ou até mesmo do ponto de vista do ensino, pesquisa e extensão. Disse
455 ainda que também gostaria de deixar bem claro aos senhores conselheiros que, em princípio,
456 não havia a necessidade de levar este tema ao CONSUN, uma vez que o artigo quarenta diz que
457 é vetado ao Conselho Universitário apreciar a matéria com relação ao ensino e pesquisa. E
458 neste caso era bastante clara a relação do ensino e pesquisa, salvo em caso de recursos do ponto
459 de vista restrito de sua legalidade, mas parecia fundamental que na nossa universidade isto
460 fosse discutido pelo Conselho e não fosse uma decisão única e exclusiva do Reitor. Neste
461 momento foi concedida a palavra ao conselheiro José Fernandez Gonzáles, que disse que, como
462 o senhor presidente havia manifestado anteriormente, estávamos diante de uma matéria de
463 enorme repercussão com reflexos muito profundos na sociedade e veículos de comunicação e
464 não lhe parecia que podia em razão desta complexidade se descumprir o Regimento, segundo o
465 conselheiro Luiz Ernani, e votar. Acreditava que deveria ser interrompido por uma semana para
466 termos o parecer deste órgão para cumprirmos o conjunto de normas, porque seria de uma
467 inutilidade sem precedentes, ter o parecer posterior à decisão deste Conselho. Não haveria
468 nenhum significado um órgão de apoio oferecer manifestação depois da decisão, se esta
469 manifestação se destinava justamente a esclarecer dúvidas de cada um que votava no conselho.
470 Isto significava postergar por uma ou duas semanas e neste sentido encaminhava a suspensão
471 para que fosse seguido o Regulamento. O senhor presidente perguntou se haveria mais alguma
472 manifestação e disse que gostaria de chamar a atenção para o artigo trinta e oito do Regimento
473 da UFPel onde diz que salvo resolução da maioria dos conselheiros presentes, toda matéria que
474 envolva mérito deverá ser submetida previamente ao parecer da comissão permanente
475 respectiva. Entendia que a comissão permanente respectiva, em se tratando de área de ensino,
476 acreditava que seria o COCEPE em última análise. Portanto isto foi submetido em questão do
477 mérito ao COCEPE. Disse que imaginava que este dado havia sido de alguma forma
478 esclarecedor aos conselheiros. Passou a palavra ao conselheiro Luiz Ernani Ávila, que se referiu
479 que sua manifestação havia sido meramente acauteladora, e o Dr. André deveria compreendê-
480 la, pois se de repente, trabalhando com o *ad argumentandum*, e um terceiro interessado venha a
481 questionar isto trabalhando com a hipótese que o Ministério Público Federal, que já inclusive
482 deu entrevista à RBS se mostrando contrário a isto, se ele toma isto como um vício, porque o
483 dispositivo Regimental foi inobservado, ele poderá invocar e desde então, naquele efeito *ex*
484 *tunc*, tudo aquilo que fluiu e tudo o que correu não tem razão de ser. Por isso disse que sua
485 manifestação era meramente acauteladora e sua observação foi feita neste sentido. Falou ainda
486 que o Procurador “poderia nutrir melhor sua colocação, pois seu cabedal de conhecimentos
487 jurídicos era de largueza amazônica. O senhor presidente passou a palavra ao Procurador
488 Jurídico, que se manifestou dizendo que a Procuradoria entendia que o que estava submetido ao
489 Conselho era somente a questão da legalidade, pois o mérito é privativo do COCEPE, pois se
490 trata de questões referentes ao ensino. De qualquer maneira, ainda que não fosse entendido
491 desta forma, poderia ser votada pelo Conselho e a maioria dos seus membros deliberarem e
492 deferirem o encaminhamento para o parecer desta comissão permanente. O conselheiro Gil
493 Medeiros questionou se criação de curso não seria competência do Conselho Universitário ao
494 que o senhor presidente respondeu que também era atribuição do CONSUN, mas inicialmente
495 deveria passar pela análise do COCEPE. O mérito disto, depois da criação do curso, como
496 envolvia questões administrativas, orçamentárias, etc, deveria ser encaminhado ao Conselho
497 Universitário. A seguir perguntou se haveria mais alguma questão com relação a este aspecto
498 referido pelo conselheiro Luiz Ernani. Não havendo manifestações, o senhor presidente falou
499 que como o posicionamento da presidência da mesa, embora reconhecesse os cuidados ali
500 referidos pelo conselheiro citado, propôs ao Conselho que fosse ali votada a proposição e que
501 fosse votada a discussão do assunto na presente reunião. Se necessário fosse, ou mesmo sem
502 necessidade, que fosse encaminhado à CLN, para o exame do que fosse ali decidido. Colocou a

ew



503 proposta em votação e o conselheiro Avelino da Rosa Oliveira “perguntou se cabia somente ao
504 CONSUN a deliberação e respeito da legalidade ou não, do processo, lamentava necessitar da
505 CLN. Disse que gostaria muito e rogaria que o Conselho, pela relevância do tema, e inclusive
506 fizesse a discussão de mérito, pensava que esta discussão deveria ser feita naquele momento.
507 Falou ainda que se sentia capacitado a fazer esta discussão, entretanto se o problema era apenas
508 uma discussão de legalidade, teria a competência e o esclarecimento suficientes para fazê-lo
509 sem que a Comissão que o assessorava emitisse parecer. O senhor presidente agradeceu as
510 palavras do conselheiro e disse que gostaria de deixar bem claro que independente desta
511 questão regimental, era fundamental que houvesse discussão do mérito por parte do CONSUN.
512 A comunidade externa esperava esta atitude do Conselho e não a discussão de uma legalidade.
513 O encaminhamento à CLN poderia ser feito após a discussão do mérito pelo Conselho e que a
514 comunidade ficaria frustrada se a discussão não acontecesse discussão sobre o tema naquele
515 momento. Portanto a posição da mesa era que fosse votada em primeiro lugar a discussão pelo
516 CONSUN e posteriormente seria encaminhado à CLN. De pronto, colocou em regime de
517 votação a proposta de encaminhar primeiramente à CLN, que obteve a maioria de votos
518 contrários, sete (07) votos favoráveis e uma (01) abstenção. A seguir colocou em votação a
519 proposta de discutir o projeto naquele momento, o que foi aprovado pela maioria dos
520 conselheiros. A partir daí, o senhor presidente colocou a palavra à disposição para mais alguma
521 manifestação que se fizesse necessária. O conselheiro Luiz Ernani disse que não entendesse a
522 mesa, muito menos os demais conselheiros, como irresignação de sua parte e do conselheiro
523 Fernando González a retirada dos dois, mas como tinham ambos formação técnica e legalista,
524 pelo meio jurídico, entendiam que no momento em que ficassem estariam sendo contrários e
525 paradoxais à proposta feita e por este motivo se retirariam do plenário. O senhor presidente
526 agradeceu aos dois conselheiros pela presença e deu continuidade à reunião, dando a palavra
527 aos conselheiros para discutir este item da pauta no que dizia respeito à proposta do Programa
528 Especial de Educação no Campo. O conselheiro Toni falou pelos representantes dos Servidores
529 Técnico Administrativos, lendo o documento retirado em Assembléia da classe: “A
530 representação do segmento dos servidores Técnico Administrativos da Universidade Federal de
531 Pelotas, vem ao pleno deste Conselho Universitário, manifestar-se com o que segue: Os
532 servidores Técnico Administrativos da Universidade Federal de Pelotas, reunidos em
533 Assembléia Geral da Categoria, no dia dez de julho do corrente, considerando que: 1- o projeto
534 de criação de um curso de graduação em Medicina Veterinária para assentados em programas
535 do Ministério da Reforma Agrária se enquadra nas chamadas políticas públicas de ações
536 afirmativas ou compensatórias; 2. que tais políticas no Brasil respondem ao mandamento
537 constitucional da igualdade material em detrimento da igualdade formal e que respondem à
538 necessidade de criação e aplicação de ações voltadas para o resgate de projetos de vida de
539 povos ou grupos sociais e culturais que foram condenados pelos efeitos da discriminação e que
540 se encontram sem perspectivas para desenvolver uma vida com dignidade; 3. considerando que
541 a virtude das políticas afirmativas ou compensatórias reflete sobre a necessidade de tornar
542 iguais os seres humanos, aspiração cujo trajeto histórico se confunde com a própria criação dos
543 direitos humanos e do cidadão; 4. considerando ainda que o projeto em apreço não enloba, pois
544 dentro deste gênero de ações governamentais se encontram também as políticas de cotas que
545 estão, diversas delas, em plena vigência, sendo que algumas inclusive sem maiores conflitos,
546 como por exemplo, as cotas para os portadores de deficiência do serviço público civil da União
547 que trata a Lei nº 8112 de 1990 – artigo quinto – parágrafo segundo, que reserva vinte por cento
548 das vagas para essa camada da população ou ainda a inegibilidade de contratação de
549 associações filantrópicas de portadores de deficiência – Lei 8666 de 1993 – artigo 24 - inciso
550 20, ou mesmo os diferentes regimentos Municipais e Estaduais que asseguram direitos
551 especiais aos idosos em relação ao uso de transporte coletivo. Assim, em consonância com as
552 razões ora apresentadas, a categoria dos servidores Técnico-Administrativos da UFPel, em seu
553 órgão máximo de deliberação, decidiu por unanimidade aprovar a criação do Curso de

cew



554 Graduação em Medicina Veterinária para assentados em programas do Ministério da Reforma
555 Agrária que é hoje apreciado nesta sessão do Conselho Universitário”. Neste momento o senhor
556 presidente solicitou permissão para fazer uma correção, ou melhor, uma observação dizendo
557 que não era a criação de Curso de Medicina Veterinária e sim, criação de uma Turma Especial.
558 O conselheiro Gil Medeiros solicitou esclarecimento em relação ao fato de criar uma turma
559 especial, se esta turma seria regida pelo próprio Colegiado do Curso de Medicina Veterinária
560 existente, ao que o Vice-Reitor respondeu que não necessariamente. Poderia ser constituído um
561 novo Colegiado, mas a própria Faculdade de Veterinária viria a fazer esta definição, opinando
562 se continuariam com o mesmo Colegiado ou novo Colegiado, mas acreditava que esta
563 discussão seria feita a posteriori, primeiro deveria ser resolvida a questão da aprovação da
564 proposta. O conselheiro Carlos Rogério Mauch disse que gostaria de abordar a questão do
565 Colegiado de Curso, pois a ele parecia bastante claro que o Regimento da UFPel estabelece que
566 cada curso tenha um Colegiado e lhe causava um pouco de estranheza a possibilidade da
567 existência de dois Colegiados de Curso dentro de uma única Unidade para administrar a
568 questão didático pedagógica do curso, pois seria apenas uma turma especial. A composição dos
569 Colegiados de Curso dentro das Unidades está definida em Regimentos. Causava também um
570 pouco de estranheza, como que um Colegiado de Curso que se manifestou, por absoluta
571 maioria, contrário a este projeto, pudesse agora definir questões didático pedagógicas deste
572 curso, já que por regimento, a cada Unidade compete dentro de cada curso, como é uma turma
573 especial, um Colegiado de Curso. Isto lhe parecia uma ilegalidade, pois compete a este
574 Conselho tratar também da questão legal. A ele surpreendia ainda este processo, que foi
575 protocolado no dia oito de fevereiro na UFPel, que foi votado no dia oito de fevereiro no
576 COCEPE, e que não constava da pauta e estava em outros assuntos. Disse que não contestava
577 ali a legalidade, porque legal era estar dentro de outros assuntos e poderia ser assim tratado.
578 Mas se era um assunto de tal relevância, como este que gerou na comunidade um debate tão
579 imenso, ter sido protocolado em um dia, tratado no COCEPE no mesmo dia, não constando da
580 pauta, sabendo-se que o representante a área das Ciências Agrárias dentro do COCEPE lá não
581 estaria presente, por motivo de viagem. Estes fatos lhe causavam estranheza, e disse que não
582 era contra a inclusão social e não debatia esta questão, mas a universidade precisava
583 amadurecer suas idéias e quando se tramita um processo da forma como foi tramitado, isto lhe
584 causava estranheza. Disse que tinha uma questão de legalidade sim, pois estranhou a decisão
585 deste conselho que passou por cima do Regimento ao desconsiderar que uma matéria deveria
586 ser tratada primeiro dentro de uma CLN e não foi assim, pois estávamos em uma situação de
587 ilegalidade e vamos para uma outra questão de ilegalidade que é a possibilidade de estabelecer
588 um Colegiado de Curso paralelo e disse que estamos no Brasil vivendo de paralelismos, e quem
589 sabe criássemos também uma Reitoria paralela, pois a maneira como os assuntos estavam sendo
590 tratados dentro do Conselho Universitário, lhe causavam, no mínimo, estranheza. O Vice-Reitor
591 respondeu que foram vários questionamentos e era uma pena que alguns tivessem aflorado
592 naquele momento e poderiam ter sido feitos em momentos oportunos e vários momentos
593 existiram para tal. Queria dizer que o COCEPE não cometeu nenhuma ilegalidade em seus atos,
594 como o conselheiro havia mencionado anteriormente. O fato de ter sido aprovado às pressas,
595 havia razões que o justificavam e os membros que estavam presentes naquele momento assim
596 aceitaram e apreciaram a matéria naquele momento. A matéria foi apreciada sob um título que
597 se chamava Educação para o Campo, um projeto mais amplo, um projeto que envolve todas as
598 áreas das Ciências Agrárias dentro da UFPel. Neste projeto estão contemplados quatro grandes
599 eixos, que são o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão. Dentro destes quatro eixos é
600 que houve o debate e foi votado pelo COCEPE. Na área da extensão alguns projetos foram
601 incluídos como foi o caso do projeto da Faculdade de Agronomia; no caso da graduação entrou
602 este projeto para a Veterinária que estava sendo debatido. Pode não ter tido o devido debate
603 naquele momento, mas as pessoas que ali estavam entenderam a colocação, a explanação
604 daquela proposta, a qual foi aceita por unanimidade dos conselheiros presentes à reunião. E

Cen



605 como se não bastasse isto, na reunião seguinte foi lida a ata da reunião anterior, que foi passada
606 a todos os conselheiros, como é praxe dentro do COCEPE e não houve nenhuma manifestação,
607 nenhum questionamento sobre o referido programa. O conselheiro Telmo Pagana Xavier disse
608 que o COCEPE estava muito tranqüilo com relação às suas decisões. Quanto à questão do
609 Colegiado de Curso, todos sabiam que um Colegiado dá as diretrizes para que um curso
610 funcione. Entendia que se este curso fosse aprovado, deveria ser repensado um Colegiado,
611 deveria ter uma filosofia de curso e com certeza a filosofia que norteia este curso não é a
612 mesma que norteia o curso já existente. Não sabia se o Colegiado atual estaria preparado para
613 abarcar este novo curso. Não sabia se todas as questões e disciplinas ali colocadas, se as
614 pessoas realmente integrariam este currículo. Disse que estávamos falando também do aspecto
615 curricular, devendo ser feita uma integração e uma interação entre estas áreas, entre os
616 professores da veterinária. Não só os professores da veterinária, mas de toda a área das agrárias,
617 dos professores que trabalharão no curso, para que, se aprovado fosse, pudessem sugerir a
618 construção e a elaboração de um Colegiado para este Curso, ou se decidissem pelo mesmo
619 Colegiado, não o via como paralelismo, pois dentro da pós-graduação existiam vários
620 Colegiados dentro das Unidades. Neste momento o senhor presidente passou a palavra ao
621 conselheiro Cláudio Kloeff, que relatou que representava a comunidade através da Associação
622 Comercial de Pelotas e da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pelotas. Disse que estas
623 associações eram contrárias, porque eram completamente contrárias a qualquer tipo de
624 privilégio. Não eram contra nenhuma casta ou grupo social e sim, contra privilégios. Deixou
625 claro que seu voto era aberto e contrário a qualquer tipo de privilégio e naturalmente seria
626 contrário ao projeto. O conselheiro Carlos Wayne Nogueira, com a palavra disse que queria
627 referendar algumas questões que o conselheiro Carlos Mauch havia levantado e que todos os
628 conselheiros receberam o projeto que havia passado no COCEPE e entenderam que era matéria
629 vencida, mas queria chamar a atenção para o quanto o projeto havia sido apressado que na
630 página dezessete existiam dois itens que constam da estrutura de Pesquisa e Pós-Graduação que
631 de anexo não estava no projeto, ou seja, não teve tempo de ser construído; chamava a atenção
632 para a página vinte e dois que tem um erro, provavelmente de digitação, onde no item dezesseis
633 consta o seguinte: Programa Especial para Formação de Servidores Públicos em Serviço: Curso
634 de Medicina Veterinária para Agricultura Familiar. Deveria ter sido recortado este título e
635 infelizmente foi incluído nesta página. Ficava caracterizada, infelizmente, a falta de tempo que
636 tiveram para discutir, mas referendava as palavras do Vice-Reitor, esta era uma matéria
637 vencida. Gostaria também, como ex-membro do Colegiado de Medicina Veterinária, e tendo
638 feito a discussão deste projeto por um ano e meio na Faculdade de Veterinária, colocar uma
639 questão em relação à questão do Colegiado: Se observassem na terceira página do projeto que é
640 anexo, que é o projeto PRONERA/INCRA e esta questão do PRONERA, gostaria de mais tarde
641 comentar, tem um tempo para esta nova turma, que deveria ser gerido pelo Colegiado, que era a
642 questão do tempo de comunidade, que é uma questão que é referendada como uma questão
643 extremamente importante para nossos alunos que receberiam o treinamento na comunidade,
644 seja em que comunidade for, isto é extremamente importante. Só que esta coordenação neste
645 momento será feita pela coordenação do curso e se observarmos a contracapa deste projeto, se
646 vê que esta coordenação pedagógica será feita pela UFPel, pelo INCRA e pelos movimentos
647 sociais e não questionava ser movimentos sociais ou INCRA, pois poderia ser qualquer outra
648 entidade, mas esta era uma entidade externa que teria de coordenar a questão pedagógica. Esta
649 era uma questão extremamente relevante e é uma questão que no Colegiado de Medicina
650 Veterinária não se conseguiu entender. Fez um apelo aos conselheiros que pensassem sobre esta
651 questão, pois ela feria a autonomia da discussão acadêmica dentro da Universidade. Sem
652 dúvida, os movimentos sociais ou qualquer outro movimento, têm uma enorme importância na
653 discussão dentro da comunidade universitária, mas a questão acadêmica deveria ser discutida
654 por quem tem formação para formar alunos e isso se faz dentro dos Colegiados. O fato de ter
655 dois Colegiados com dois sentidos e dois objetivos era extremamente importante e referenda a

Clau



656 questão do precedente que isto abre. A seguir, a palavra foi concedida ao conselheiro Diogo
657 Elwanger, que em primeiro lugar, colocou a posição do Diretório Central de Estudantes da
658 Universidade, que no dia dezoito, quarta-feira, reuniu o Conselho de representantes do DCE,
659 reunindo dois membros de cada Diretório Acadêmico e os conselheiros representantes discentes
660 nos Conselhos Superiores que por uma ampla maioria se posicionaram favoráveis ao projeto.
661 Sobre a questão da legalidade do tema, no momento em que o Conselho Universitário delibera
662 e externe sua vontade de que não há necessidade de que a CLN dê este parecer anterior e se os
663 conselheiros presentes na sua maioria acreditassem que com os esclarecimentos e as discussões
664 até ali levantadas, já tinham condições de emitir seu voto, não via problema na questão de
665 legalidade neste Conselho. Se algum conselheiro ou algum terceiro, como o conselheiro Luiz
666 Ernani havia citado anteriormente, achasse que existe um vício de legalidade, existem os órgãos
667 jurisdicionais para uma discussão posterior. Quanto à questão dos Colegiados, talvez fosse
668 interessante que, depois do projeto ser aprovado, retornasse ao COCEPE, para que este fizesse
669 uma Resolução de orientação ao Colegiado de Veterinária esclarecendo como deveria proceder
670 sobre o tema. O que não poderia era existir um privativo de campo de saber, de achar que,
671 porque o Colegiado da Medicina Veterinária se posiciona contrário, os demais membros da
672 Universidade devam vincular seu voto. Acima de tudo, o Colegiado é um órgão consultivo,
673 acadêmico e deliberativo da Universidade e cabe a ele executar as decisões dos Conselhos
674 Superiores também. Logo, a palavra foi passada ao conselheiro Celso Medina que se apresentou
675 como Médico Veterinário e disse que trabalhava há trinta anos na Faculdade de Agronomia e há
676 trinta anos lecionava no Curso de Medicina Veterinária, pertencia ao Colegiado da Veterinária
677 e se acreditava perfeitamente na condição de discutir o assunto. Lembrou ao senhor presidente,
678 que disse que a sociedade havia discutido o assunto: somente havia discutido graças ao seu
679 pedido, porque se fossem respeitosamente seguir sua orientação, em vinte e quatro horas teriam
680 batido o martelo a favor ou contra o curso. Disse que graças ao seu pedido a sociedade havia
681 discutido o assunto e a Universidade também. Queria lembrar o Vice-Reitor que há dez dias
682 atrás havia sido acometido de amnésia, pois em reunião com ele, juntamente com Conselho
683 Federal, Regional, Sindicatos e o senhor Diretor da Faculdade, quando o Vice-Reitor não sabia
684 de nada. Mas felizmente havia se recuperado perfeitamente e o cumprimentava por isso. A
685 partir deste ponto, teceu comentários após ter feito estas duas considerações, que disse cabiam
686 ser feitas, porque amnésia era um problema sério. Disse que havia escutado na imprensa,
687 através do Reitor, que o projeto não era somente destinado a cidadãos de assentamentos e que
688 havia sessenta vagas. Falou que não, pois faltava também encaminhar junto ao projeto, que a
689 eles não chegou, o convênio que o Reitor assinou, onde dizia claramente que “inicialmente”
690 eram sessenta vagas. Ninguém vai construir um alojamento com cem vagas para cinco anos.
691 Público beneficiário: assentados e filhos de assentados que possuem o ensino médio completo e
692 que tenham perspectiva de contribuir junto aos assentamentos da Reforma Agrária. Ali dizia no
693 projeto do PRONERA, e abria uma janela para dizer que o projeto foi reformulado e no
694 reformular o projeto, existem três cidadãos. Disse que estava há trinta anos na Agronomia e se
695 alguém lhe pedisse que fizesse, no mínimo, um Curso de Agronomia, por uma questão de ética,
696 de moral, jamais o faria. Mas quem reestruturou o curso foram três professores: um Agrônomo,
697 Professor Alci Loeck e dois Biólogos, o ex- Pró-Reitor de Graduação e o Professor Vítor Hugo
698 Manske. Cumprimentou-os pela inteligência. Queria dizer aos conselheiros que o critério de
699 seleção está vinculado da seguinte forma: os candidatos, no momento da inscrição no processo
700 seletivo, deverão comprovar vinculação às áreas da Reforma Agrária, unicamente mediante a
701 apresentação de atestado emitido pelo INCRA. Nós temos que informar e a democracia é clara:
702 uns poderiam ser contra, outros a favor, mas quando viermos a público devemos informar
703 corretamente o que não foi feito e não sabia porque motivo. Se olhassem o corpo docente, dizia
704 que eram professores da UFPel e perguntava quantos, pois a Veterinária havia sido contra em
705 torno de noventa e seis por cento, e professores contratados que atendessem o perfil do projeto.
706 Como não fere a autonomia? Disse que deveriam ser honestos, criteriosos e sensatos, porque

Cew



707 sabia que o projeto seria aprovado, tinha a certeza de que amanhã virão outras castas da
708 sociedade e se lembrava do PCC, da direita, a UDR, da Agronomia e da Veterinária. Se vamos
709 fazer balcão de negócios, vamos abrir um edital público e vamos ganhar mais dinheiro, porque
710 quatro milhões é pouco. Se abrir um curso melhor, talvez a UFPel ganhe cem ou cento e
711 cinquenta milhões e fará vários prédios? O conselheiro Gil Carlos Medeiros falou que tendo em
712 vista a importância e o caráter delicado da situação criada com esta proposta, que envolve
713 questões relacionadas com a autonomia da universidade, autonomia do CONSUN, autonomia
714 da FV e de seu Conselho Departamental, e considerando diversas interpelações de membros do
715 Conselho Departamental do IFM e da comunidade do IFM, juntou toda a documentação obtida
716 e convocou reunião do Conselho Departamental para formar opinião da Unidade, a qual
717 utilizou dois dias para a análise antes de chegar a uma conclusão. Disse que a posição do IFM
718 era a seguinte: “Considerando a fragilidade da decisão do Conselho Departamental da FV que
719 não encontrou condições de aprovar a proposta deste programa e ao elevado número de
720 abstenções, entendemos que não seja conveniente a aprovação da proposta pelo CONSUN, sem
721 que a FV tenha a oportunidade de reavaliar a sua posição à luz das respostas das várias dúvidas
722 que ficaram registradas na ata do seu Conselho Departamental pelos membros que se
723 abstiveram”. O conselheiro Carlos Mauch recebeu a palavra e disse que gostaria de fazer mais
724 uma consideração que acreditava ser relevante dentro deste projeto, dentro do que é a
725 Universidade Federal de Pelotas. Lembrou que convivemos atualmente na UFPel com um
726 quarto de docentes substitutos num quadro caótico e abrimos em um processo, num projeto
727 especial, a possibilidade de conseguir recursos humanos extra-universidade, e não falava em
728 professores de outras universidades federais, e sim, falava no que diz o projeto na possibilidade
729 de contratar mão-de-obra de profissionais autônomos. E acreditava que isto era de uma
730 gravidade imensa, porque enquanto a UFPel estava sucateada em recursos humanos,
731 responsabilidade deste Governo Federal e também de anteriores, que não se preocuparam em
732 aparelhar as universidades federais com recursos humanos para ter cursos condizentes para
733 formar profissionais capacitados, nós estamos aqui com um quarto de docentes substitutos e
734 estamos aceitando de quem deveria possibilitar o completo trâmites dentro desta universidade e
735 estamos vendendo isto por três e meio milhões de reais. Perguntou ao Conselho se a discussão
736 fosse de cunho social, se este projeto estaria sendo avaliado por este Conselho se não
737 houvessem estes três e meio milhões de reais. Disse que se este fosse o caso duvidava que as
738 pessoas que escreveram esta proposta a escreveriam e estariam a defendendo naquele momento.
739 Temos dentro da área física da UFPel um assentamento que foi esquecido pela Universidade
740 Federal de Pelotas, e agora queremos discutir aqui a inclusão, quando não fomos capazes de
741 andar dez quilômetros para tratar deste assentamento e tentar incluí-los. Perguntou onde estava
742 a responsabilidade do Governo Federal que faz Reforma Agrária e não dá condições aos
743 assentados de evoluírem? A igualdade social se dá no início, através da capacidade de formar lá
744 no ensino fundamental e no ensino básico, pessoal com capacidade de chegar aqui na
745 universidade e num processo igualitário disputar o vestibular e entrar na universidade. Só que
746 eles têm direito, mas têm direito a um ensino fundamental de qualidade e estes Governos lhes
747 tem negado, no entanto queriam agora, com perdão da palavra de baixo nível, enfiar “goela a
748 baixo” desta universidade um curso, porque vamos ganhar três milhões e meio de reais.
749 Acreditava ser melhor ir ao pregão eletrônico que talvez conseguíssemos dez milhões. O senhor
750 presidente concedeu a palavra ao conselheiro Diogo, que falou que primeiramente queria
751 externar aos demais conselheiros que esta cifra que o Governo põe para implantar este projeto,
752 não deveria sequer ser pensada. Cabia à universidade atender as minorias excluídas sem ganhar
753 nenhum real do Governo. Esta é a missão de uma universidade pública. Uma universidade
754 pública somente existe para fomentar o desenvolvimento do país. Porém, se o Governo deu três
755 milhões e meio para fazer este projeto é porque o Governo tem entendimento que a
756 universidade pública está aí para isto: para alavancar o desenvolvimento sustentável regional
757 dessa metade sul tão sofrida. Disse que naquele momento queria dialogar com o conselheiro

Cew



758 que o antecedeu que diz que o Governo de tempos em tempos vem fazendo Reforma Agrária e
759 não dá estrutura adequada para que os assentados cultivem a terra, mas o próprio professor quer
760 negar a possibilidade da universidade ter esta estrutura. A Universidade não pode ajudar na
761 política pública do governo, pois isto afeta a nossa autonomia. A nossa autonomia consiste em
762 saber se a UFPel está ou não disposta a participar da Reforma Agrária neste país, está ou não
763 disposta a participar do desenvolvimento social brasileiro ou a UFPel tem que ficar fechada
764 como uma concha envolta em si mesmo como nas universidades medievais que ficavam longe
765 da população a mercê dos padres e monges que retinham os conhecimentos sem que fossem
766 externados e extensivos à toda a comunidade? Isto era o que deveria ser discutido pelo
767 Conselho. O senhor presidente disse que foi muito bem colocado o conceito de que o que
768 deveria ser discutido no Conselho era muito mais do que o valor de três e meio milhões.
769 Importante para o Conselho era discutir se iríamos ou não participar do projeto desse tipo,
770 independente dos recursos, pois a UFPel era a única universidade dentre as quinze ou vinte
771 universidades públicas deste país que participam de projetos diferentes deste, mas todos
772 vinculados ao PRONERA, que iria receber recurso. As demais não recebem. Se o conselho
773 julgasse que podemos participar do projeto ou deste programa sem nenhum recurso adicional,
774 tudo bem, nós aceitaríamos, mas deveríamos ter que utilizar recursos próprios, que já são
775 exíguos. Razão pela qual a sua posição à época foi dizer a eles que levaríamos isto adiante
776 desde que tivéssemos condições mínimas de estrutura para oferecer um curso adequado. E este
777 foi o motivo pelo qual lutou e brigou por recursos adicionais, mas se o conselho julgasse que
778 isto era desnecessário, achava que estava muito bem colocada a questão de discutir a inclusão
779 social. Sob esta ótica, que naquele momento estava colocado referente aos assentamentos, no
780 que se referia à proposta do INCRA e dentro em breve estaríamos discutindo também as cotas
781 sociais. Sobre isto destacou que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade
782 Federal de Santa Maria já discutiram e já aprovaram. Ali sim, também houve a forma de
783 inclusão social, só que sem nenhum recurso e nós não teremos nem um milhão nem três
784 milhões e meio como foi aqui referido. Passou a palavra ao conselheiro Avelino da Rosa
785 Oliveira que disse em primeiro lugar que na sua avaliação o Conselho estava naquele dia de
786 parabéns, pois estava na prática resgatando, aquele de deveria ser, ao seu modo de entender, o
787 papel do Conselho Universitário, que era de fato fazer estas discussões de fundo da política
788 universitária e que tipo de universidade queremos e não apenas como estabelece o seu artigo
789 quarenta, já bastante defasado, e que não por sorte, mas por uma opção da Reitoria, foi
790 desconsiderado naquele momento e trouxe a discussão que realmente importa para este
791 Conselho. Falou que gostaria de dizer que este deveria ser sempre o posicionamento do
792 Conselho e deveria ser sempre o posicionamento da Reitoria. Disse que outras vezes já havia se
793 manifestado neste Conselho e, portanto, não o fazia naquele momento pela primeira vez, com
794 relação a cursos que foram criados na nossa Universidade e que tiveram sua aprovação neste
795 Conselho assinadas “ad referendum” pelo Reitor. Naquela oportunidade se manifestou e obteve
796 o compromisso do Reitor de que isso não deveria ocorrer novamente e infelizmente estamos no
797 momento com outro curso em andamento e especialmente o Curso de Pedagogia que está sendo
798 criado em outra modalidade, sem o absoluto conhecimento da Faculdade de Educação e sob
799 este ponto de vista esta turma especial foi discutida de uma maneira ou de outra, e não sabia
800 exatamente a maneira, pois existem diferentes interpretações neste conselho quanto à amplitude
801 ou não da discussão que foi feita nos órgãos anteriores, mas que de alguma maneira foi
802 discutida. Rogou que também no caso de outros cursos e que aqui incluía especificamente, pois
803 representava a Faculdade de Educação, o curso de Pedagogia, na modalidade a distância, fosse
804 discutido pela Faculdade de Educação e voltasse a este conselho. Disse que esta discussão nas
805 Unidades e no Conselho lhe parecia o papel central da Universidade. Nesse sentido entendia
806 também que o papel de uma Reitoria, e aí o papel político do coordenador deste conselho e não
807 como Reitor, mas especificamente como presidente deste Conselho, deveria ser cumprido o
808 papel de rediscutir este projeto. O projeto precisava ser retomado onde foi pouco discutido e

Cew



809 onde houve incompreensões. Não seria possível que fosse simplesmente aprovado ou rejeitado.
810 A ele parecia que esta matéria precisava sim ser discutida, e felizmente estava sendo discutida
811 naquele momento. Com relação à Faculdade de Educação, a forma como se posicionou, disse
812 que discutiram não apenas no Conselho Departamental, mas foi feita uma reunião geral dos
813 professores da Faculdade de Educação, que entre sessenta e sessenta e cinco por cento votou
814 favoravelmente à criação da turma especial, mas que especificamente gostaria, e o voto que
815 trazia ali pedia justamente que a presidência do Conselho exercesse o papel político de retornar
816 a esta discussão, porque não se tratava de matéria puramente jurídica, mas era preciso que
817 houvesse um consenso mínimo da Universidade a este respeito. Disse que a relevância desse
818 tema requeria isto e rogava à presidência do conselho para que assim procedesse. O senhor
819 presidente disse que o tema da discussão era fundamentalmente em relação a este programa de
820 Educação no Campo e que a educação a distância seria objeto de outra discussão no Conselho
821 Universitário. Passou a palavra ao conselheiro Silmar Peske, que disse concordar com a fala do
822 conselheiro Avelino e achava que esta discussão resgatava muitas coisas e em seu período
823 como representante dos professores titulares se sentia honrado em participar desta discussão.
824 Falou que começaria dizendo alguma coisa sobre o senhor presidente, que já estava em sua
825 segunda gestão. Todos sabiam do empreendedorismo do nosso Reitor e todos sabiam que ele
826 dedica todo o seu tempo para a UFPel, nos sábados, domingos e feriados. Ele vive trazendo
827 coisas para a universidade e uma pessoa que traz tantas coisas, que tem tantas idéias, era normal
828 que alguma de suas idéias e algumas de suas iniciativas “não sejam lá estas coisas”. Nesse
829 sentido, fez um levantamento e discutiu com vários colegas e mais de oitenta por cento se
830 posicionaram contra o projeto. O principal motivo do contra não era o viés dos assentados ou
831 não assentados, pois ali também residia um fator, mas o principal viés estava na gestão do
832 projeto. Como uma Faculdade foi contra, tiveram grande dificuldade em ver como seria
833 viabilizado o curso e chegaram à conclusão de que seria viabilizado diretamente na Reitoria,
834 que tornaria difícil conduzir o projeto e falaram no Colegiado, falaram com os professores que
835 concordaram que era difícil de viabilizar. Os professores titulares se posicionam contra pela
836 dificuldade de gestão do projeto. Solicitou, finalmente, que o Reitor continuasse trazendo mais
837 novidades para a Universidade. O senhor presidente pediu permissão para fazer uma
838 observação em relação à fala do conselheiro Silmar Peske. Disse que agradecia as palavras e
839 realmente nem sempre conseguia trazer boas notícias para a Universidade, e nem sempre
840 conseguia por parte do Governo Federal tudo o que solicitava. Disse que tem brigado muito
841 para conseguir retornar com as suas solicitações atendidas, mas como muitos pedidos são
842 negados, nem sempre suas respostas “são lá estas coisas”, como mencionou o conselheiro, mas
843 concordava plenamente com alguns aspectos que foram colocados e se comprometeu,
844 juntamente com o Vice-Reitor que na eventualidade do Conselho julgar oportuno aprovar esta
845 proposta, o processo seria encaminhado novamente ao COCEPE e seriam reunidos os
846 professores da FV, para ver das possibilidades de ajustes necessários conforme a legislação
847 vigente, para que proceda adequada organização do curso. Portanto, este fato é passível de
848 discussão, se necessário for. De qualquer forma o mérito deveria ser discutido pelo Conselho. A
849 seguir, passou a palavra ao conselheiro Adinor Capelesso, representante discente, que dissee
850 que se preocupava muito quando alguém falou que a Administração iria transformar a
851 Universidade em um balcão de negócios.. Citou que existe um projeto do Departamento de
852 Solos para fazer todo o levantamento das propriedades da Votorantin pelo preço de um milhão
853 e duzentos mil reais, ou algo do gênero. Disse que as pessoas que atualmente falam que o
854 projeto em discussão destina-se a vender, não falaram anteriormente, porque estavam tratando
855 com a iniciativa privada e agora, como é um assunto que atende as demandas sociais, não
856 falaram. Disse acreditar muito complicado o sistema adotado dentro dos Programas de Pós-
857 Graduação e em vários espaços da Universidade, onde para argumentar contra movimentos
858 sociais utiliza-se a argumentação sobre outros aspectos, mas na hora da conclusão é utilizado
859 um preconceito que não deveria ser mencionado, pois sendo verba pública não deveria ser

ceu



860 questionado. Inclusive falam em privatização da Universidade, quando esta recebe verbas
861 públicas, mas quando a verba vem de uma Empresa Multinacional ou de uma Empresa que tem
862 capital internacional, tudo é tratado tranquilamente, sem problemas e ninguém faz movimentos
863 contrários e o assunto não é levado para a sociedade, pois a verba está sendo dirigida para a
864 Pós-Graduação. Este é um ponto que o Conselho tem de discutir e um dos pontos que estava em
865 pauta para ser analisado era a criação da Agência de Gestão Tecnológica e Propriedade
866 Intelectual (AGT). Como este assunto iria refletir dentro da Universidade? Seria feito pela
867 sociedade todo este debate, que estava tendo atualmente? As parcerias públicas e privadas vão
868 estar atentas a estes debates ou não? É muito fácil colocar este projeto como um balcão de
869 negócios e os demais, não são nem divulgados. Logo após, o conselheiro Celso Medina fez sua
870 manifestação, questionando ao Instituto de Biologia, ao Instituto de Química e a Faculdade de
871 Agronomia sobre o elenco de disciplinas que os três professores montaram: perguntou se neste
872 problema sério que a universidade tem quanto aos docentes, como relatou o conselheiro Carlos
873 Mauch de um quarto de professores substitutos, como seria a atuação das referidas Unidades?
874 Disse ter certeza de que estas não foram consultadas. Teriam elas professores suficientes para
875 atender o curso? O senhor presidente respondeu que esta era uma questão da esfera do
876 COCEPE e não cabia à presidência da mesa levar as respostas a estas questões específicas
877 durante o curso e como serão ministradas as disciplinas, pois esta matéria passará da mesma
878 forma como estão sendo convidados os Diretores, para tratar do REUNI, que é o novo
879 programa do Governo para a criação de novos cursos, ou mesmo a expansão dos cursos atuais e
880 a reforma curricular específica para a busca de recursos a partir de projetos que serão
881 encaminhados ao MEC para já garantir recursos do Governo Federal, e acreditava que tudo
882 ficaria mais fácil de ser tratado pelo COCEPE, sendo aprovado ou rejeitado por aquele conselho
883 ou reajustado e feitas as devidas adaptações, ouvidas as áreas envolvidas. Esta era uma questão
884 que o Conselho Universitário naquele momento dificilmente teria condições de responder,
885 como seria a disciplina a, b ou c, ou que classes de professores iriam ministrar essas disciplinas.
886 Disse que tinha convicção que dificilmente o Conselho poderia responder a essa questão a não
887 ser que os Diretores das áreas envolvidas quisessem fazê-lo. A seguir a conselheira Gladis Aver
888 Ribeiro passou a relatar a decisão de sua Unidade. Disse que aconteceu uma reunião do
889 Conselho Departamental em seis de julho, onde foi discutida a proposta do programa. Naquele
890 momento fez a leitura das atas do Conselho Departamental e do Colegiado de Curso da FV, e
891 por decisão unânime daquela Unidade, e por respeito à autonomia da FV que é a Unidade que
892 está diretamente associada, ligada ao projeto pedagógico desta nova proposta, com respeito a
893 esta decisão o IB foi contrário à criação deste curso. Por outro lado, outro ponto foi abordado,
894 reforçando o que o conselheiro Celso Medina falou, é que o encargo didático que atribuído ao
895 IB, salientamos que em nenhum momento esta Unidade foi consultada e só tomou
896 conhecimento do projeto no momento em que o Conselho Universitário entregou o projeto.
897 Antes disto a Unidade não teve contato com a proposta, nem tampouco foi consultada ou
898 convidada a debater e discutir esse novo encargo. O IB já atende a nove cursos, distribuídos nas
899 áreas de Ciências Agrárias, Biológicas e Exatas, além de seus dois cursos em nível de
900 graduação. O que ficava bastante complicado ter também quase um terço de docentes como
901 professores substitutos, ficava bastante complicado para o IB ter que atender a esse novo curso.
902 Certo era que se fosse decidido, poderia ser levado novamente ao Instituto este novo aspecto
903 que é de contribuir com este novo curso de Veterinária. Porém, no momento, respeitavam a FV.
904 A conselheira Luciane Kantorski disse que estava em dúvida, porque a ela parecia que se os
905 demais diretores falassem não faria a menor diferença, tendo em vista todos os
906 pronunciamentos que havia escutado naquele plenário. Na realidade estava com o sentimento
907 de que somente se identificava com a fala dos servidores Técnico-Administrativos e dos
908 Discentes, o que para ela era uma situação bastante conflituosa, porque para ela os argumentos
909 que os demais conselheiros trouxeram até aquele momento eram argumentos absolutamente
910 corporativos que iriam manter uma determinada situação da Universidade em que não

Caw



911 acreditava, porque não entendia porque as pessoas aceitaram trabalhar em uma universidade
912 pública. Disse ser professora, doutora, educadora, e havia escolhido por uma universidade
913 pública, porque acreditava que esta tem que se prestar a dar respostas à sociedade. Viemos de
914 uma região de assentados e de muitos assentamentos e ficamos fechando os olhos, por uma
915 questão de absoluto corporativismo, o que na verdade a envergonhava, enquanto professora.
916 Disse que queria falar isto para todos ouvirem e gostaria que as pessoas concordassem com o
917 aluno que falou da pós-graduação, mas esta não é uma história somente da Agronomia, mas de
918 muitos outros cursos, que quando há um recurso privado não se entra neste tipo de discussão e
919 achava uma falta de respeito este argumento de que estamos vendendo a Universidade. Não
920 entendia porque as pessoas que têm uma argumentação jurídica ou são da área da agronomia ou
921 veterinária se sentiam com mais condições para votar do que ela, que tem o mesmo nível de
922 formação que elas. Disse que se sentia absolutamente tranqüila para votar. A sua Unidade
923 discutiu e era bom que ela tenha uma cabeça diferente dentro desta Universidade e se sentia
924 orgulhosa dos seus colegas, por conseguirem ter esta visão. Disse ser puro conservadorismo. Se
925 analisassem a discussão que ocorreu em Santa Maria sobre as cotas ou analisassem a discussão,
926 mesmo que polêmica, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que estávamos vivendo
927 na UFPel? Iria ficar à margem das políticas afirmativas. Disse ainda que se sentia orgulhosa de
928 ouvir a fala dos funcionários que vieram coesos para a reunião. Acreditava que os professores
929 não têm este dimensionamento, e tinha plena convicção de que aquele momento que a UFPel
930 estava vivendo desde a reunião anterior, já havia sido muito educativo e muito pedagógico para
931 todos, porque a pressão do jornal, a pressão da imprensa, mais a pressão que todos viveram,
932 ensinou que esta Universidade tem que ser diferente e mais, será diferente, porque as cotas são
933 uma realidade. Poderia até se dar uma resposta de “não” à sociedade, mas ela é diferente, ela
934 iria mudar a fachada da nossa Universidade. Que bom que iria mudar! A seguir, o conselheiro
935 Carlos Nogueira disse que gostaria de fazer um comentário sobre muitas colocações que foram
936 discutidas na FV e no Colegiado da Veterinária, que envolvem vários departamentos, para que
937 ficasse muito claro que a discussão que foi feita na FV não excluiu a necessidade da inclusão
938 que tem que ser discutida dentro da Universidade. O que a ele parecia era que estava sendo
939 atropelado um rito que era necessário dentro da Universidade. Este Conselho trazia a questão
940 das cotas, para discussão, por dentro de um projeto que tem erros fundamentais de
941 encaminhamento e esta era a questão que deveria ser discutida. Com certeza que a questão da
942 inclusão e das cotas passava por uma discussão deste Conselho, embora tardiamente, estas
943 surgiram a partir do pedido de vistas dos processos. O que estava apontado e com certeza pela
944 discussão que se fez na FV, é a necessidade da inclusão, é o respeito às minorias, isto é a labuta
945 da maioria dos professores de Veterinária e com certeza da área das Agrárias. É isso que estes
946 profissionais fazem todos os dias. No momento, o rito da Universidade estava sendo
947 desrespeitado e a forma de apresentação do programa do projeto teria de vir da base. Teria que
948 ter embasamento na base e teria que ter motivo para ter sido negado na base. Estávamos
949 querendo misturar focos de discussão, porque deveria ser feita a discussão das cotas e da
950 inclusão social sim, mas era necessário denunciar o mau encaminhamento e as questões crassas
951 que existem de erro neste projeto. Logo a seguir, o conselheiro Ângelo Reis comentou que este
952 assunto foi e tem sido discutido na FAEM desde o início, porque a Diretora da Unidade, junto
953 com o Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola e o Diretor da Faculdade de Veterinária,
954 participaram do início desta discussão. O que foi proposto foi a criação de um Centro de
955 Treinamento, a questão da criação de um curso de Veterinária, chegou a eles em torno de
956 julho/agosto de 2006 e isso o surpreendeu, porque a partir daquele momento os rumos
957 começaram a ficar indefinidos. Antes de vir para a reunião, o Conselho Departamental foi
958 reunido, os Departamentos discutiram essa questão e no Conselho Departamental, por ampla
959 maioria, duas abstenções, o voto foi contrário à proposta. As motivações foram muito
960 diferentes, algumas parecidas com a posição do conselheiro Celso Medina, Carlos Mauch e
961 outras motivações que dizem respeito ao fato de que as coisas estão sendo misturadas entre a

Celso



962 criação do curso especial e do Centro de Treinamento. Da maneira como está sendo colocado,
963 não vai funcionar, porque não tem campo experimental, não prevê compra de equipamentos,
964 verba de custeio. Mais uma questão: como trazer um agricultor e dar aulas em um curso de
965 quarenta horas com giz e sem instalação? Isto não funciona. Muitas das razões que levaram a
966 ser contra esta proposta foi justamente isto. Deixou declarado o voto da Agronomia que, a
967 princípio, dadas estas condições, era contrário. A seguir, a palavra foi concedida ao conselheiro
968 Moacir Elias, que disse que o nível das discussões estava sendo educado e não poderia ser
969 diferente, embora nos seus quarenta anos de universidade, já havia presenciado situações muito
970 complicadas. Os professores titulares, por ampla maioria, ou seja, dos oitenta por cento que
971 foram ouvidos, noventa por cento não concordam com a criação do curso, porque o Centro de
972 Treinamento era absolutamente bem vindo, e era necessário, mas já passamos por outro
973 processo que decidi pelo assentamento em uma área da Palma, e foi dito que lamentavelmente
974 de inclusão social não tem nenhum aspecto. As pessoas devem ser respeitadas na sua dignidade
975 e respeitadas naquilo que acreditam, porque quando se trata com seriedade tem que ser sério.
976 Por que os professores têm parecer diferente da posição dos funcionários e alunos? Porque todo
977 o professor sabe que é fundamental para a aprendizagem do processo de formação, que haja
978 uma interação entre estudante e professor. Se a FV, onde está inserido o curso, ou turma, vai
979 formar veterinários em um curso dentro da Universidade. A FV não concorda com isto. Grande
980 parte das disciplinas do Curso de Veterinária, são ministradas na Agronomia, onde não teve
981 nenhum voto a favor do curso. O IB, que tem grande parte das disciplinas para ministrar,
982 também não se posicionou a favor. Parece que estamos vivendo no século ou milênio passado,
983 quando a área das Ciências Agrárias votou no Conselho Universitário contrária, não houve nem
984 um voto que fosse favorável ao assentamento e este foi feito. As pessoas que votaram e fizeram
985 discurso inflamado, com argumentos absolutamente aplaudidos, elas sequer sabiam onde ficava
986 o Centro Agropecuário da Palma e sequer sabiam que para que se tenha um processo produtivo,
987 é necessário que se tenha estrutura e insumos e um dos insumos é a água. Estas pessoas nem
988 sequer sabiam onde se encontrava toda esta estrutura na Palma. Logo, quando falam em
989 conservadorismo, na verdade as pessoas têm direito de serem conservadoras, ou não, mas
990 querer mudar por mudar não convence. Nós, como professores dos mais antigos, entendemos
991 que cada um está cumprindo o seu papel. Queremos cumprimentar a Administração por ter ido
992 buscar, mais uma vez, recursos e por oferecer isto. Eram solidários aos Veterinários, porque se
993 criar um curso de Veterinária para atender, evidentemente, animais (os veterinários existem
994 para tratar de animais. Os nossos filhos nós não vendemos, mas os filhos dos nossos animais
995 nós vendemos), é muito difícil para quem é da área entender que o Veterinário formado pela
996 UFPEL não está habilitado para tratar de animais que se encontram nos assentamentos. Com
997 sinceridade, vocês podem ter certeza de que os professores da Agronomia, que convivemos
998 com vocês, sabemos que estão absolutamente bem formados, com formação adequada para
999 atender a plenitude das atribuições de vocês, que têm a nossa solidariedade. Como nós, em um
1000 determinado momento poderemos imaginar que um animal, porque está em um assentamento,
1001 precisa do atendimento de um profissional com determinada formação e se for vendido ele
1002 poderá ser tratado por um veterinário que não é daquela turma? O que iria acontecer com ele?
1003 Não se pode pensar numa instituição onde vamos ter as mesmas idéias. Acredito que está
1004 correta a Administração em propor, estão corretos os veterinários em se sentirem agredidos nas
1005 suas atribuições, na sua inconformidade com o projeto, de não concordar, e acho que esse
1006 Conselho tem que fazer também o que lhe compete, que é votar. O voto dos professores
1007 titulares é, portanto, contrário à criação do curso, pelas razões expostas, mas é favorável que se
1008 faça o Centro de Treinamento e trago uma proposta para a Administração que se busque junto
1009 aos Ministérios recursos que possam dar sustentação para o doutorado em Agricultura Familiar
1010 que a Universidade criou. Logo, dizer que a área Agrária é conservadora não corresponde à
1011 realidade. Temos o único curso de doutorado em Agricultura Familiar, não apenas nesta
1012 Instituição, mas na região inteira. Então que se busquem recursos, porque isto é

cur



1013 verdadeiramente uma necessidade e vamos tratar de pessoas que já estão formadas. Neste
1014 momento, o senhor presidente agradeceu as palavras do conselheiro Moacir Elias e disse que
1015 poderia ficar certo de que iria buscar junto ao Ministério também recursos para o Doutorado em
1016 Agricultura Familiar, incluindo outros cursos de doutorado. Disse que gostaria de fazer um
1017 apelo à Agronomia com referência a este doutorado, que também incluísse em suas propostas a
1018 matéria inclusão social, aberto inclusive aos assentamentos, para que a UFPel não seja apenas
1019 elitista como tem sido, cria ele, até aquele momento. A seguir, passou a palavra ao conselheiro
1020 Mário Meirelles, que se dirigiu à mesa, para elogiar aquele momento ímpar em que estava
1021 sendo discutido o programa, que foi aprovado pelo COCEPE e se dirigindo aos conselheiros,
1022 esclareceu que na ata do Colegiado de Curso estava escrito o número de votos como onze a um,
1023 porém, na ata 018/2007 do Conselho Departamental, pelo qual responde, estava relatado que ao
1024 final da discussão ficou assim definido: seis abstenções, cinco votos contrários e dois votos
1025 favoráveis. Disse ainda que não gostaria de se manifestar, mas teve que fazê-lo, porque a ele
1026 parecia que estavam em uma brincadeira descontraída e todos sabiam que tinham
1027 responsabilidades e estavam se manifestando três professores Agrônomos contra e um da FV,
1028 que não representava esta Unidade e sim o COCEPE. Explicou ainda que o conselheiro Celso
1029 Medina não tinha relação com a FV, pois pertencia ao quadro da Agronomia e ministrava uma
1030 disciplina no curso de Medicina Veterinária. Disse que só estava fazendo esta declaração,
1031 porque havia sido interpelado por três conselheiros na reunião anterior, que pensavam que o
1032 conselheiro Carlos Nogueira e Celso Medina fossem representantes da FV, e havia aproveitado
1033 aquele momento para fazer os esclarecimentos. Fez esta colocação para que fosse colocado um
1034 ponto final a respeito da questão da Veterinária. Após algumas considerações, iria declarar o
1035 seu voto, para que não houvesse desconforto para os que viessem a posterior. Apesar da
1036 votação do Conselho Departamental, que foi uma votação de certa “labilidade” com resultado
1037 de 6, 5, 2, considerando a importância do projeto para a FV, considerando ter sido aprovado
1038 pelo COCEPE, considerando a Direção da FV, pois estava falando em nome e com o posto
1039 deste caso, pois “estava” Diretor e não “era” Diretor, pediu que ficasse bem claro aos
1040 conselheiros que estava na direção por mais de três anos, não havia feito concurso e não fazia
1041 carreira administrativa; considerando que o Diretor foi protagonista deste projeto que foi
1042 proposto para discussão na FV e esclarecendo também, para retornar ao conselheiro Carlos
1043 Nogueira, que tem usado a expressão “este projeto foi mal encaminhado” e fazia quase um ano
1044 que o projeto já havia sido reencaminhado, reconduzido, não cabendo mais retornar ao assunto
1045 encaminhamento. Após todos esses considerandos, o conselheiro Mário Meirelles, Diretor da
1046 FV, disse ser pelo voto favorável ao Programa Especial – Formação de Recursos Humanos -
1047 Educação no Campo – Projeto Curso de Graduação de Medicina Veterinária. Portanto, estava
1048 tomando a iniciativa, que esta impede a discussão sobre o fato do Diretor ser ou não favorável,
1049 porque tinha, e teria, durante o tempo que lhe restava, a responsabilidade de administrar um
1050 curso. A responsabilidade é de um Diretor que, legitimamente, foi colocado para lá permanecer
1051 durante os quatro anos. O senhor presidente passou a palavra ao conselheiro Diogo Elwanger
1052 que em primeiro lugar, disse acreditar que a opinião dos representantes da área das Ciências
1053 Agrárias tinha muito valor, embora estivesse dividida pela declaração de voto, e embora a
1054 importância do voto, teriam que ver que esta era uma Universidade Federal e que a
1055 Universidade Rural, já havia sido dissolvida e integrada à UFPel. Não poderiam trabalhar com
1056 a falácia de porque as Ciências Agrárias se posicionaram com uma posição diferente, as demais
1057 áreas têm que seguir obrigatoriamente. Se assim fosse, acabaria como a conselheira Luciane
1058 Kantorski havia citado, que na questão da legalidade, o voto do Professor Tadeu, que é da
1059 Faculdade de Direito, deveria definir os outros votos, pois que é diretor da Faculdade de
1060 Direito e logo, os outros conselheiros não teriam capacidade para julgar a legalidade ou o
1061 mérito naquele o Conselho. Por outro lado, o conselheiro disse que ficava com um sentimento
1062 de tristeza, porque mais uma vez o desenvolvimento e a questão aberta às Universidades está na
1063 mão somente dos professores. Enquanto o conselho tivesse nessa atitude barbaridade, onde

celso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 22 de 27

1064 duas categorias já haviam se posicionado favoráveis, infelizmente a gente foi ficando
1065 moralmente afetado porque a minoria é sim corporativista. Acreditava que a imensa maioria da
1066 universidade era favorável ao projeto. O conselheiro Carlos Nogueira, disse que apenas queria
1067 lembrar ao conselheiro Mario Meirelles, que ele, sendo professor do Departamento de
1068 Clínica, estava vinculado à FV e na verdade a FV tem apenas três Departamentos (Clínicas,
1069 Patologia e Preventiva) e que durante toda a discussão do projeto, que foi escamoteada durante
1070 a direção do Professor Frutuoso, onde o conselheiro Mario era Vice-Diretor, ficou três meses
1071 “engavetado” este projeto. Este projeto original lhes foi entregue por um ex-aluno Dario, junto
1072 com o Professor de Medicina Veterinária Preventiva, Luiz Damé Schuch, e este processo
1073 somente foi encaminhado ao Colegiado porque não tinham coragem de levar a discussão do
1074 mérito. Esta era a questão do início do mau encaminhamento deste processo. Relembrando
1075 outra questão, disse que só estava no COCEPE representando a área das Ciências Agrárias, ou
1076 seja, era professor de Medicina Veterinária e ali referendava o voto das Agrárias com as outras
1077 duas Faculdades que votaram contra este projeto. Gostaria de lembrar que o projeto foi negado
1078 três vezes na FV e o Colegiado tem todos os Departamentos e que em uma reunião do CD
1079 anterior a esta que consta na ata, que tem um ódio ao projeto, o que foi muito bem escrito pelo
1080 Diretor, tinham uma votação que expressava a verdadeira vontade da comunidade, onde a
1081 votação foi de ampla maioria contrária a este projeto. Era importante que ficasse muito claro
1082 que ele, infelizmente, tinha de lembrar este fato, para que as coisas não ficassem mal ditas.
1083 Quando foi a público defender o projeto, estaria defendendo dentro da legitimidade que a
1084 comunidade da FV lhe dava. Disse que o conselheiro Mario Meirelles, com certeza era o
1085 Diretor e expressava sua vontade, como havia acabado de expressar. Solicitou do senhor
1086 presidente um esclarecimento que remetia ao convênio que foi assinado para retomar a
1087 discussão no mérito e que havia uma questão que não havia entendido, ou seja, a questão da
1088 contrapartida da Universidade em seiscentos mil reais ou o que a Fundação Simon Bolívar
1089 deveria fazer. Não sabia como seria possível, pois o que lhe constava era que alguém da
1090 Fundação teria dado uma entrevista dizendo que não teria uma forma como fazer esta
1091 contrapartida. Era uma forma de entendimento que seria importante que o Conselho também
1092 tivesse consciência disto e este fato constava da cláusula quarta dos recursos orçamentários. Só
1093 queria ter este esclarecimento, para que pudessem discutir no mérito. O senhor presidente
1094 respondeu que o que se refere à contrapartida da Universidade se referia à equipamento e
1095 material já existente. Passou a seguir, a palavra para a conselheira Marcia Bueno Pinto, que
1096 relatou que fez uma reunião com o Conselho Departamental da Faculdade no dia três de julho,
1097 para tratar deste assunto. A decisão do CD da Faculdade de Odontologia foi respeitar e acatar a
1098 posição tomada por todas as instâncias deliberativas da FV, que se posicionou contra o projeto.
1099 Entendiam que a autonomia das unidades deveria ser respeitada. Tiveram uma discussão muito
1100 grande, onde vários assuntos foram debatidos, inclusive sobre a real possibilidade de inclusão
1101 que este projeto acarretaria. Tiveram também a oportunidade de conversar com o representante
1102 do INCRA, onde lhes foi assegurado que não tinha nenhuma garantia de que o educando, ao
1103 receber o diploma de Médico Veterinário, voltaria ao assentamento, para aquela comunidade.
1104 Esta preocupação de integrar o nosso aluno, nosso profissional na comunidade, era uma
1105 discussão que tinha sido feita há muito tempo, com bastante profundidade na FO. Passaram por
1106 um processo de reforma curricular e era uma preocupação grande em preparar este profissional
1107 que deveria trabalhar em uma rede pública. Logo, todos os alunos estavam sendo preparados
1108 para trabalhar na comunidade. A FO tinha vontade de expandir o número de vagas e oferecer
1109 mais vagas para os alunos, para que todos pudessem disputar destas vagas. A FO se posicionou
1110 contra e ficava com uma dúvida, um questionamento, pois fazia apenas um ano que havia
1111 assumido a Direção da FO e talvez sua dúvida fosse referente a este fato: disse que sempre
1112 havia entendido que era regimento, norma e princípio que o Diretor do CD, que não fez
1113 concurso para este cargo, mas foi eleito e nomeado pelo Reitor, se este teria como obrigação
1114 acatar e encaminhar as decisões do seu CD. Fazia o questionamento, se o presidente do CD

Cem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 23 de 27

1115 teria autonomia para definir sobre todas as questões, seria necessário reunir o CD para definir
1116 alguma coisa, ou ele deveria ser extinto? O Vice-Reitor agradeceu a conselheira pela sua
1117 manifestação e disse que quanto ao seu questionamento tinha a dizer que ali as pessoas votavam
1118 individualmente e não tinham a obrigação. Poderiam levar o voto da Unidade, mas tinha toda a
1119 liberdade de votar como entendia . Passou a palavra para o conselheiro Celso Medina que
1120 desejava informar que no Brasil existiam cento e quarenta Faculdades de Veterinária, setenta
1121 mil Veterinários formados, cinqüenta mil alunos. No Rio Grande do Sul, existem onze
1122 faculdades, sete mil e quinhentos Veterinários formados e como dissera o conselheiro Moacir
1123 Elias, os egressos da UFPel desde o ano de sessenta e dois, saem daqui com perfeitas condições
1124 de atuar em qualquer atividade de campo. Ouvia em uma entrevista que o curso de veterinária
1125 estava sendo pedido pelos assentados, haja vista que não existiam Veterinários atuando na
1126 região de gado de leite e ali fazia uma janela, por ser uma área em que atuava há mais de trinta
1127 anos: quando se trabalha na disciplina de Tecnologia na área do leite, não fazia diferença a
1128 produção do maior, do médio ou do pequeno produtor, ou a glândula mamária de uma fêmea
1129 que estivesse em uma grande, pequena ou média propriedade. Isto não vinha ao caso. Não
1130 existe em nossa região demanda para Médico Veterinário. Poderia ter no Norte ou no Nordeste.
1131 Lembrou também que não estava em discussão se ele ministrava uma ou duas disciplinas,
1132 porque havia levantado esta bandeira por princípios, por ética e por caráter, e como Médico
1133 Veterinário, se acreditava na condição de o fazer. O senhor presidente passou a palavra ao
1134 conselheiro Carlos Mauch que disse que aquela seria sua última fala. Primeiro desejava fazer
1135 um comentário, que acreditava ser relevante: gostaria que todas as questões e os debates fossem
1136 qualificados como havia visto naquela plenária. Acreditava ser fundamental e era evidente que
1137 os discursos mais ou menos acalorados faziam parte da discussão. Deveriam entender que era
1138 um confronto de idéias e não se sentia mais ou menos qualificado por ser da área das Agrárias,
1139 do que outro conselheiro. Por ter doutorado, em absoluto, não se sentia mais qualificado do que
1140 um aluno de graduação. Sabia que todos tinham o discernimento e a capacidade para discutir
1141 este tema e era este o enfoque que queria trazer e queria sempre discutir, se expor e poder dar
1142 sua opinião e participar das decisões dentro da Universidade. Era absolutamente fundamental.
1143 Logo teríamos outros desafios, como a questão do REUNI e das cotas e teríamos de debater
1144 estas questões com antecedência e ali fazia o apelo ao presidente do Conselho que estas
1145 demandas que virão, como por exemplo, o REUNI e a questão das cotas fosse encaminhada à
1146 comunidade universitária com suficiente tempo para que houvesse uma ampla discussão. Este
1147 debate era rico e poderiam ficar a tarde inteira debatendo e contrapondo idéias. Era isto que a
1148 Universidade deveria fazer, e se o Conselho Máximo da Universidade não fizesse isto, o que
1149 poderia ser esperado dos demais? Teríamos que saber entender as diferenças e não achar que
1150 alguém era mais ou menos qualificado para entendê-las. Disse que havia feito duas falas
1151 acaloradas, porque este era um debate e a mesa certamente entendia isto, por ser um debate de
1152 idéias, poderiam discordar no presente e concordar em um futuro próximo. Era neste sentido
1153 que queria trazer este ponto ao Conselho: desejava que sempre fossem capazes de debater os
1154 rumos desta Universidade nos órgão colegiados. O senhor presidente esclareceu o conselheiro
1155 Carlos Mauch e demais conselheiros, que este tema REUNI, ali citado pelos conselheiros, era
1156 extremamente importante e que deveria ser discutido por toda a Universidade e já havia sido
1157 encaminhado aos Diretores há cerca de três meses o material através do Gabinete do Reitor,
1158 além da nova proposta Nova Universidade que é um dos tipos já utilizados e que está sendo
1159 utilizado pela Universidade da Bahia e pela Universidade de Brasília era apenas um dos tipos
1160 possíveis de podermos implantar se assim as Unidades desejassem. Portanto, nos próximos dias
1161 vinte e seis e vinte e sete, participariam de uma reunião em Brasília com o Ministro e todos os
1162 Reitores das Universidades Federais, para definir o REUNI. Teríamos no máximo até o dia
1163 quinze de agosto para resolver os nossos problemas internos com relação ao REUNI. Como este
1164 material já havia sido encaminhado aos Diretores com bastante antecedência e há quase três
1165 meses havia sido encaminhada esta proposta, solicitou que os Diretores ali presentes também

Celso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 24 de 27

1166 discutissem estas possibilidades que estão ali expostas. Era óbvio que o tempo era escasso. Não
1167 por problemas internos da UFPel e sim, por uma determinação vinda do Ministério da
1168 Educação que determinava um prazo extremamente exíguo para tudo. Como já havia sido
1169 levado ao conhecimento dos Diretores e obviamente a todas as Unidades, acreditava que não
1170 teríamos dificuldades em resolvê-los apesar da exiguidade do tempo, pois até o dia quinze de
1171 agosto as propostas deveriam estar em Brasília. Portanto, queria deixar bem claro aos
1172 conselheiros que isto já havia sido comentado com os diretores e teríamos novas reuniões para
1173 este assunto, assim como haviam tido há poucos dias atrás na Reitoria. A seguir concedeu
1174 palavra ao conselheiro Gil Medeiros que disse que gostaria de lembrar que, embora tivesse
1175 opinião particular sobre vários temas que estavam sendo tratados, referente a este projeto
1176 poderia tratar ali de forma abrangente sobre vários itens e se sentia, por coerência, preso pela
1177 decisão encaminhada à unidade e gostaria de lembrar apenas que a posição de sua unidade
1178 representava uma proposta e não simplesmente um voto. A seguir o conselheiro Nilton Jalvan
1179 relatou que desejaria propor à mesa, por já estarem há algum tempo discutindo, debatendo a
1180 mesma proposta, e muitos conselheiros já estavam com o seu posicionamento definido
1181 acreditava não haver mais necessidade de discussão pois já estava se tornando uma polêmica.
1182 Solicitou então que o tema fosse colocado em votação. O senhor presidente propôs aos
1183 conselheiros que fossem feitas as últimas inscrições dos que desejavam se manifestar para que
1184 pudessem resolver a questão visto e que acreditava que estavam todos plenamente esclarecidos
1185 não apenas pelo material entregue previamente a todos os conselheiros como, sobretudo, pelas
1186 manifestações ali feitas por todos os membros do CONSUN. De pronto passou a palavra ao
1187 conselheiro Silmar Peske que se dirigiu ao conselheiro Mario Meireles dizendo que havia lido
1188 as atas da FV por umas duas ou três vezes, e infelizmente não havia visto o placar 6, 5 e 2
1189 pedido desculpas pela interpretação errônea. O conselheiro Rogério com a palavra, disse que
1190 não iria falar sobre o assunto porque acreditava que já havia sido bem comentado e que como
1191 seu departamento havia sido citado, gostaria que lhe dessem três minutos de atenção para que
1192 ele pudesse responder às questões em que seu departamento havia sido citado para um plenário
1193 que não o conhecia. Apresentou o conselheiro Adinor, aluno do departamento de solos, que é
1194 um dos melhores alunos que a Agronomia tem. Ele tem um respeito muito grande por parte dos
1195 professores. Acreditava que ele fazia parte atualmente de um perfil de liderança estudantil
1196 diferente daquela de sua época, onde os colegas, líderes estudantis, não compareciam às aulas e
1197 levavam dez anos para concluir o curso. Atualmente existe um outro perfil, pelo menos na
1198 Agronomia que, além de atuarem na área política, estudantil, ainda eram bons alunos, o que era
1199 o caso do conselheiro Adinor, que pela sua atuação merecia o maior respeito de todos e ele
1200 sabia disso através do convívio diário entre eles. Logo, por todo esse respeito que tinham,
1201 gostaria de pedir a ele que quando levantasse qualquer assunto não, só do departamento de
1202 solos, que ele estivesse bem ciente do que estava falando. Como por exemplo: disse que fazia
1203 parte do departamento de solos onde a característica era trabalhar para a comunidade e faria
1204 rapidamente um esclarecimento: no projeto da Votorantin são feitos levantamentos em uma
1205 região, porque não existe no Brasil nenhum solo igual ao que temos aqui e em função disso não
1206 podemos usar resultados do planalto do Paraná ou de qualquer parte do Brasil e transpor para
1207 cá, porque os solos que temos no Sul Rio Grandense são únicos. Nenhum outro lugar do Brasil
1208 tem igual, e contribui também o fato de que a Pedologia é uma ciência que não recebe
1209 financiamentos e nem recursos e não tem como se buscar estes recursos fora porque não existe
1210 nenhuma vantagem em se financiar projetos desta área, infelizmente, salvo algumas prefeituras
1211 que conseguem investir dinheiro e enxergam a importância deste trabalho. Qual seria a
1212 possibilidade que o departamento teria com o projeto da Votorantin? É que o resultado que será
1213 gerado dentro deste trabalho, em um solo que está dentro de uma propriedade da Votorantin, se
1214 pode transpor para qualquer propriedade rural do médio, e do pequeno proprietário que está
1215 localizado dentro dessa região. Essa é a única razão porque o departamento está trabalhando
1216 junto a este projeto, pois desde que essa área começou a ser trabalhada há trinta anos, esta é a

ew



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 25 de 27

1217 primeira vez que alguém resolve investir algum recurso nela. Pediria ao Adinor que trouxesse
1218 na próxima reunião do CONSUN, algum documento que mostrasse essa quantia relatada por
1219 ele, pois fazendo parte do departamento de solos jamais havia visto qualquer documento
1220 relatando que os recursos desse projeto estavam na ordem de um milhão e duzentos mil reais. O
1221 departamento de solos tem projetos engavetados pela falta de recursos, um dos quais é a adoção
1222 da sala quinhentos e seis. Não sabia se o diretor da unidade tinha conhecimento, mas seria a
1223 idéia de colocar ar condicionado, cadeiras acolchoadas e até o presente não conseguiram
1224 recursos para este fim. Logo, se o projeto da Votorantin fosse deste valor iriam conseguir
1225 realizar uma série de projetos dentre os quais essa sala de aula que gostariam de adotar e
1226 colocar à disposição dos alunos. A seguir o senhor presidente concedeu a palavra à conselheira
1227 Sílvia Prado que disse que, na qualidade de Vice-Diretora, gostaria de levar a opinião do grupo
1228 exarada na reunião departamental do dia três de julho do corrente ano. Falou que não era uma
1229 opinião pessoal, pois defendia a idéia de que não se deveria trazer opiniões pessoais e sim a do
1230 grupo. Na sua ata dizia o seguinte: o projeto não deveria ser encaminhado ao CONSUN para
1231 apreciação, uma vez que fora rejeitado anteriormente pelo Colegiado do Curso da Veterinária,
1232 instância pedagógica e pelo Conselho Departamental da FV em instâncias administrativa, dos
1233 Conselhos legítimos e deliberativos da UFPel e que estão diretamente relacionados com o
1234 projeto em questão, uma vez que a participação de professores do departamento da FV está
1235 prevista como indispensável para a exequibilidade do projeto. A proposta não foi devidamente
1236 discutida em momentos anteriores pelo conjunto da comunidade acadêmica da UFPel e, dentro
1237 da concepção atual que vem sendo amplamente discutida dentro das universidades públicas
1238 brasileiras, no que diz respeito à implementação de políticas afirmativas de inclusão social, por
1239 esses motivos os conselheiros deliberaram que a Faculdade de Letras deveria manifestar-se no
1240 CONSUN contrária à aprovação do referido projeto. O conselheiro Fernando Schild disse que
1241 na quarta-feira todos os professores da ESEF e representação discente, se reuniram para uma
1242 discussão que iniciou acalorada, movida pelo tema: “Isto é vender a universidade por dentro”,
1243 assunto que deu início à discussão. Já havia tido uma discussão no Colegiado de Pós-Graduação
1244 e já tinha sido tomada a decisão pelo sim, com duas abstenções e quem conhece, sabe que as
1245 discussões da ESEF são bem acaloradas. Mais tarde foi colocada a seguinte questão: temos um
1246 projeto com o Ministério da Cultura, no valor de quinhentos mil reais, e isto não foi um
1247 presente, nem foi vender a universidade. Recebemos por competência de um professor que
1248 enviou o projeto e recebeu essa verba. Projeto este que está quase implantado, faltando apenas
1249 acertos dos últimos detalhes. A partir daí foi levantado um questionamento: se tudo que
1250 conseguimos pela competência, pela atividade política ou por outro meio para a UFPel significa
1251 vendê-la, então vamos parar de pedir tudo. Nós diretores, estamos sempre nos queixando por
1252 não ter isto ou aquilo, prédio, por faltar coisas para a Faculdade de Veterinária. Assim, quando
1253 conseguimos algo parecido com este projeto alguém diz que é para vender a UFPel por dentro,
1254 e isso é inadmissível. Fez um pedido ao Reitor se por acaso o projeto fosse negado que ele não
1255 desistisse de pedir nem de brigar com os diretores. Deixou a declaração que em certos
1256 momentos sente vontade de desistir, pois sempre existe alguém torcendo contra os bons
1257 projetos, mas a ESEF é favorável à implantação do projeto. A seguir o conselheiro Adinor fez
1258 um comentário sobre a fala do professor Rogério, pois talvez ele tenha se equivocado ao falar
1259 da cifra até, porque infelizmente o projeto começou a andar dentro da Faculdade de Agronomia
1260 e simplesmente em uma reunião do Conselho Departamental, do qual ele fazia parte, ainda não
1261 havia sido discutido o projeto. Quando não se tem os espaços democráticos respeitados para
1262 fazer os debates, pode se falar qualquer coisa, pois se presume que tudo acontece sem ninguém
1263 saber, perguntou o valor do projeto, pois alegava que ainda não sabia. O senhor presidente disse
1264 que enceraria a manifestação dos conselheiros e que iria proceder a votação do programa de
1265 educação para reformação de recursos humanos – educação no campo, com oferta de vagas em
1266 turma especial de graduação em Medicina Veterinária. A votação foi feita de forma nominal,
1267 aberta, portanto cada conselheiro deveria se manifestar com SIM ou NÃO, de maneira que a

Am



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 26 de 27

1268 mesa pudesse ter um controle exato dos números de votos. Portanto, seria feita a chamada dos
1269 conselheiros e cada um deveria se manifestar. Antes, porém, o conselheiro Gil Medeiros pediu,
1270 por uma questão de coerência, que a proposta do IFM fosse votada ao que o senhor presidente
1271 respondeu que a proposta do IFM era que fosse rediscutido posteriormente, tudo o que ali havia
1272 sido feito, após o encaminhamento à FV para reexame. Perguntou para o conselheiro Gil se era
1273 essa a questão, ao que ele negou, e explicou que a proposta do IFM dizia que antes da decisão
1274 do CONSUN houvesse uma reavaliação da FV. O senhor presidente disse ser óbvio que a
1275 posição da mesa era que quando existisse uma proposta colocada por qualquer um dos
1276 conselheiros, esta era levada à votação. Logo, antes de fazer o que havia antes sido proposto em
1277 relação a votação do projeto, em respeito ao conselheiro Gil, ele colocaria em votação pelo
1278 Conselho que fosse considerada a sua proposta, ou não, de re-encaminhamento à Faculdade de
1279 Veterinária V e depois, trazido novamente a matéria ao CONSUN. Pediu aos conselheiros que
1280 concordassem com a proposta do conselheiro Gil, que se manifestassem. Houve apenas 10
1281 votos favoráveis, sem nenhuma abstenção. O senhor presidente falou que frente a esse resultado
1282 iria proceder a votação da matéria em pauta, conforme havia sido proposto anteriormente.
1283 Solicitou a participação de dois membros do conselho para que pudessem fazer a adequada
1284 apuração dos votos. Solicitou a presença do conselheiro Celso Medina e do conselheiro Adinor.
1285 Anunciou que iria começar a chamada dos conselheiros e que esses se pronunciassem em SIM,
1286 NÃO ou abstenção. Explicou que o SIM, era a favor do programa e o NÃO, obviamente, se
1287 contrário a essa proposta, e que as abstenções poderiam ser ali declaradas. O senhor presidente
1288 da início a chamada oficial dos Diretores e ao final desta eleição seriam chamados os Pró-
1289 Reitores e a administração formada pelo Reitor e Vice-Reitor. O senhor presidente fez a
1290 solicitação de que as declarações de voto que alguns dos conselheiros desejassem fazer fossem
1291 feitas no final da votação. Ângelo Vieira dos Reis: Não; Márcia Bueno Pinto: Não; Isabel Porto
1292 Nogueira: Sim; Renato Oswaldo Fleischmann: Não; Mário Carlos Araújo Meirelles, Sim; Tânia
1293 Elisa Morales Garcia: Não; Farid Butros Iunan Nader: Sim; José Francisco Gomes Schild: Sim;
1294 Avelino da Rosa Oliveira: Sim; Neiva Maria Foneca Bohns: Sim; Gladis Aver Ribeiro: Não;
1295 Fábio Vergara Cerqueira: Sim; Gil Carlos Rodrigues Medeiros: Não; Sergio Luiz dos Santos
1296 Nascimento: Sim; Álvaro Augusto Borba Barreto: Sim; Luciane Prado Kantorski: Sim; Wolmer
1297 Brod Peres: Não; Margarete R. F. Gonçalves : Sim; Márcia Rubia Duarte Buchweitz: Não;
1298 Hugo Roberto Kaastrup Stephan: Sim; Silvia Costa Kurtz dos Santos: Não; Moacir Cardoso
1299 Elias: Não; Silmar Teichert Peske: Não; Celso Medina Fagundes: Não; Jorge Luis Martins:
1300 Não; Rogério Oliveira de Sousa: Não; Carlos Rogério Mauch: Não; Vanda Maria da Rosa
1301 Jardim: Sim; Odir Antonio Dellagostin: Não; Eduardo Dickie de Castilhos: Não; Sandra Souza
1302 Franco: Sim; Ricardo Lemos Sainz: Sim; Carlos Eduardo Wayne Nogueira: Não; Cláudio
1303 Kroeff: Não; Carlos Alberto Iribarren: Não; Adinor José Capellesso: Sim; Letícia Pascelli Sant
1304 Ana Santos: Sim; Diogo Alves Elwanger: Sim; Everton Rafael Thürner Borba: Sim; Martha
1305 Zancan Godoy: Sim; Ryan Noremborg Schubert: Sim; Vinicius Anjos Rommel da Silveira:
1306 Sim; Maria Tereza Tavares Feijó dos Anjos: Sim; Gilmara Anderson Timm: Sim; Antonio
1307 Carlos Freitas Cleff: Sim; Sérgio Batista Christino: Sim; Mara Lucia Vasconcelos da Costa:
1308 Sim; Nilton Jalvan: Sim; Marilane de Souza Velasco: Sim; Vitor Hugo Borba Manzke: Sim;
1309 Eliana Povoas Pereira Estrela Brito: Sim; Alci Enimar Loeck: Sim; Tania Bachilli: Sim;
1310 Francisco Carlos Gomes Luzzardi: Sim; Telmo Pagana Xavier: Sim; Antonio Cesar Gonçalves
1311 Borges: Sim. A seguir, o senhor presidente solicitou que fosse feita a contagem pelo professor
1312 Medina e também pelo representante do corpo discente. Foram apurados trinta e seis (36) SIM
1313 e vinte (20) NÃO. Anunciou que estava aprovada a proposta para o Programa de Educação para
1314 Formação de Recursos Humanos – Educação no Campo, com oferta de vagas em Turma
1315 Especial de Graduação em Medicina Veterinária. Solicitou aos conselheiros que permanecem
1316 na reunião, que ainda não havia sido encerrada, para que houvesse a declaração de votos. Gil
1317 Medeiros: disse que o IFM votou pela valorização da instituição, validando a posição do
1318 Conselho Departamental da FV. Evandro Piva: representando os Programas de Pós-Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2007 – FLS. 27 de 27

1319 da UFPel, com base em consulta aos coordenadores, doze (12) votos contrários e dois(2)
1320 favoráveis. Logo, o voto foi pelo não. Eduardo Castilhos: representando os Coordenadores dos
1321 Colegiados dos Cursos de Graduação da UFPel, através da solicitação de parecer dos colegas
1322 por maioria o voto foi em contrário. Márcia Pinto: acatando a decisão do Conselho
1323 Departamental da FO, o voto foi contrário, acompanhando a decisão da FV, respeitando as
1324 instâncias democráticas da UFPel. Tânia Garcia: em reunião realizada dia nove de julho, o
1325 Conselho Departamental da Faculdade de Turismo decidiu apoiar o voto da FV. Carlos
1326 Nogueira: mesmo representando o COCEPE, o seu voto foi NÃO, acatando a deliberação da
1327 base que representa que é, a das Ciências Agrárias, onde a Veterinária votou NÃO; Agronomia
1328 votou NÃO e a Engenharia Agrícola, NÃO. Carlos Mauch: em respeito às instâncias da UFPel,
1329 acompanhando o voto do Colegiado do Curso de Veterinária, o CD da Veterinária votou NÃO.
1330 Celso Medina: acompanhamos os Professores Associados, ouvindo quarenta (40) professores,
1331 sendo que trinta e sete (37) optaram pelo NÃO e três (3), pelo SIM. Portanto, fica aqui
1332 registrado que as áreas das Ciências Agrárias, como falou o conselheiro Nogueira, votaram
1333 contra e ele queria saber se a professora da Direção da Faculdade de Enfermagem iria segurar a
1334 “alça do caixão” depois. Letícia Santos: respeitando o Conselho do Diretório Acadêmico, que
1335 teve vinte (20) votos favoráveis, seis (6) contrários e cinco (5) abstenções. Gladis Ribeiro:
1336 enfatizo a manifestação anterior respeitando a deliberação dos Conselhos Diretores da FV, os
1337 quais serão futuramente responsáveis pelo controle pedagógico, o IB, votou unanimemente
1338 contrário à criação do curso. Sérgio Nascimento: fez uma consulta ao Conselho Departamental
1339 do IQG e a resposta, da comunidade, foi pelo SIM. Volmer Peres: traz o voto do Conselho
1340 Departamental da FEA, que é NÃO, por acompanhar o voto do Conselho Departamental da FV.
1341 Mário Meirelles: explicou que votou SIM, e a questão iria retornar e seria uma discussão
1342 interna, de problema da FV. Acreditava que, junto com os seus professores, contando com o
1343 apoio das Ciências Agrárias, do IB, do IQG e de todos aqueles que colaboram dentro do curso,
1344 tinha a certeza que isso nunca faltaria, pois era uma certeza que tinha como Unidade
1345 Acadêmica pertencendo ao universo da UFPel. O senhor presidente agradeceu o apoio da
1346 Faculdade de Arquitetura, graças a que, a reunião do CONSUN pôde ser realizada e também
1347 agradeceu a todos os conselheiros pela presença na reunião. Finalmente não havendo mais
1348 assuntos a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e deu por
1349 encerrada a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Do que para constar,
1350 eu Roseméri Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a
1351 presente Ata que, depois de aprovada, será igualmente assinada pelo senhor presidente.

Autôm. Conf. MM. Ceu